



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FAJS**

LEO BENAVENTANA POVOAS

**A INSTABILIDADE POLÍTICA NA NIGÉRIA E A ATUAÇÃO DA SHELL
NA REGIÃO**

**Brasília
2015**

LEO BENAVENTANA POVOAS

**A INSTABILIDADE POLÍTICA NA NIGÉRIA E A ATUAÇÃO DA SHELL
NA REGIÃO**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em Relações
Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas
e Sociais do Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Orientador: Prof. Aline Thomé

Brasília
2015

LEO BENAVENTANA POVOAS

**A INSTABILIDADE POLÍTICA NA NIGÉRIA E A ATUAÇÃO DA SHELL
NA REGIÃO**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em
Relações Internacionais pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Prof. Aline Thomé.

Brasília, ____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Aline Thomé
Orientador

Prof.
Examinador 1

Prof.
Examinador 2

Brasília

RESUMO

Esta pesquisa fornece uma análise do envolvimento e do investimento das empresas multinacionais na Nigéria e como elas afetam a instabilidade política na região do Niger Delta e no Estado nigeriano como um todo. Através de um estudo de caso da *Royal Dutch Shell* esta pesquisa fornece uma visão sobre os vários problemas políticos e sociais na região e como elas refletem a falta de uma esfera pública eficiente. A Teoria Pós-Colonial é utilizada como base para uma avaliação crítica da criação de um Estado independente e colonial com laços profundos com seus colonizadores.

Palavras-chave: Nigéria, Shell, corporações multinacionais, meio ambiente, instabilidade política, religião, pós-colonialismo, interesses estrangeiros.

ABSTRACT

This paper provides an analysis of the involvement and investment of multinational corporations in Nigeria and how they affect the political instability in the Niger Delta and in the Nigerian state as a whole. Through a case study of Royal Dutch Shell, this paper provides insight on the various political and social problems in the region and how they reflect the lack of an efficient public sphere. The Post-Colonial theory is used as a basis for a critical assessment of the creation of an independent and colonial state with heavy ties to its colonizers.

Keywords: Nigeria, Shell, multinational corporations, environment, political instability, religion, post-colonialism, foreign interests.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. A EXPLORAÇÃO E O PÓS-COLONIALISMO.....	9
1.1 A Periferia e o Mundo Desenvolvido.....	9
1.2 A Presença do Estado Nigeriano.....	14
1.3 Laços da Nigéria com seu Colonizador.....	16
2. PROBLEMAS SOCIAIS E POLÍTICOS NA REGIÃO.....	20
2.1 Instabilidade política e a Busca por uma Esfera Pública.....	20
2.2 Religião e Política na Nigéria.....	27
2.3 O Papel das ONGs e a Proteção dos Direitos Humanos.....	29
3. A SHELL E O ESTADO DELTA.....	34
3.1 A Shell e a População Local do Estado Delta.....	34
3.2 Instabilidade Política e a Shell.....	38
3.3 Problemas Ecológicos na Região.....	41
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

INTRODUÇÃO

A Nigéria é o país mais populoso da África e se depara com todas as consequências de ser uma ex-colônia, além de possuir muitos problemas internos. O país sofre com um regime democrático instável e imaturo e um sistema político ineficaz. As instituições estabelecidas provaram ser fracas e suscetíveis a um ciclo de exploração que foi iniciado durante sua era colonial. A dificuldade de conseguir o desenvolvimento para um Estado periférico é analisada e comparada com os Estados desenvolvidos. Desde que o país declarou independência de seu Estado-mãe, teve problemas para criar um Estado democrático. Os problemas atribuídos ao seu *nation building* são parecidos com outros países africanos, como o de representatividade para toda a complexa configuração étnica nigeriana. Nesta análise, será explorada a longa história de instabilidade política no país, o que inclui inúmeros golpes de Estado, ameaças de separação e casos de violência entre etnias.

O país passou por um caminho longo e turbulento para estabelecer e legitimar seu governo. Desde sua independência, o uso da força legitimou o poder, criando um sistema político que desconsiderava a abordagem democrática para a criação do Estado. Como observado no sucesso dos países desenvolvidos é preciso ter uma representação igual para promover uma nação estável e multiétnica. Ao analisar os problemas da Nigéria, é preciso ter cuidado para não fazer isso de forma eurocêntrica, focando na necessidade de estabelecer normas europeias e a implementação de um sistema estrangeiro. A realidade do país é diferente daquela de outros países que foram ex-colônias do ocidente. Estas características serão explicadas, pois mesmo tendo algumas delas em comum com outros países coloniais, o país sofre com problemas únicos que precisam ser tratados para reconhecer a fonte da instabilidade do país.

O Níger Delta no sul da Nigéria se caracteriza por ser uma região com um grande potencial econômico, além de conter reservas abundantes de petróleo e áreas de diversa agricultura. O estado é marcado pela instabilidade política e pela falta de representação dos povos da região. Existe também uma forte influência de corporações multinacionais no local. Devido aos recursos existentes, a região despertou interesses privados, do próprio governo e de interestatais, e os

problemas sociais que acabaram surgindo são agravados pelos problemas ecológicos decorrentes da exploração desenfreada. A pesquisa procura responder a questão de como a atuação de empresas petrolíferas afeta a instabilidade política no Níger Delta e no Estado nigeriano.

Procura-se investigar as causas da fragilidade política e dos problemas sociais do Estado nigeriano usando a teoria do pós-colonialismo como base de estudo. A pesquisa é feita através de um estudo de caso da empresa *Royal Dutch Shell* e uma análise da sua atuação no país. É possível analisar os laços da Nigéria com seu país colonizador e como isso ajuda a explicar os problemas atuais do país. Observa-se como as instituições privadas e a fragilidade do Estado diretamente afetam a população na região do estado Delta da Nigéria, causando problemas sociais e danos ao indivíduo.

O primeiro capítulo analisa o pós-colonialismo e os seus efeitos no país nigeriano. Procura-se explorar a relação entre a periferia e o mundo desenvolvido. Apesar da pesada influência inglesa, a criação do aparato estatal provou-se precária e despreparada. A presença do Estado também é analisada com base na exploração colonial e no pós-colonialismo. Por último, visa investigar os laços atuais da Nigéria com a Grã-Bretanha.

O segundo capítulo explora a história da Nigéria e os vários sistemas políticos adotados desde sua independência. Os problemas sociais e políticos são analisados através da história do país. A instabilidade é fruto da falta de um sistema democrático maduro e da impotência do Estado e sua incapacidade de providenciar uma esfera pública efetiva. A pesquisa também analisa o papel da religião na política. O aumento de militantes radicais religiosos no norte da Nigéria é explicado através da falta de representatividade. Finalmente, o estudo investiga o papel das ONGs durante as várias ditaduras militares. A atenção e a revolta internacional gerada pelas violações dos direitos humanos no país são analisadas com base na realidade política presente.

O terceiro capítulo visa estudar o caso da atuação da *Royal Dutch Shell* na região do Níger Delta. A *Shell* tem grande influência na área, sendo pioneira das perfurações de petróleo no país. A pesquisa procura analisar os efeitos da empresa na região e na população local. A petrolífera atua em uma região de extrema instabilidade política, trazendo problemas para o governo e para a própria empresa. Além de prejudicar a atuação da multinacional, a instabilidade gerou a revolta de militantes que procuravam melhorias sociais em uma região tão rica em recursos naturais. Por

último, o capítulo retrata os danos ambientais e os problemas ecológicos da região. As corporações multinacionais causaram grande estrago no ecossistema com a extração de gás natural e de petróleo, afetando a vida do povo local que precisava do meio ambiente para sobreviver.

Existe também um histórico de regimes militares na formação do Estado nigeriano que causou um ciclo de sistemas políticos fracassados, resultando em diversos problemas sociais. A pesquisa busca questionar o envolvimento da *Shell* no sistema político do país e no estado Delta, bem como, a falta de soluções apresentadas para buscar uma resolução para os problemas relacionados aos direitos humanos, além dos políticos, ecológicos e sociais. As situações decorrentes do investimento da *Shell* geraram grandes lucros para o governo, mas também trouxeram inúmeros problemas não somente relacionados ao desenvolvimento, mas também à política.

1. A EXPLORAÇÃO E O PÓS-COLONIALISMO

O pós-colonialismo procura analisar os legados deixados pelo colonialismo, que estabeleceu instituições sociais, econômicas e políticas nas regiões colonizadas. Será estudada a dependência entre colonizado e colonizador, assim como sua relação, para entender melhor como a exploração do Níger Delta na Nigéria afeta a representividade política e a ausência do Estado.

A periferia e o mundo desenvolvido possuem uma relação colonial. A fraqueza do Estado é o resultado da exploração da periferia feita pelos países desenvolvidos. Os laços da Nigéria com o seu colonizador são resultado de várias imposições, implementações e divisões dentro do seu próprio Estado. Tais laços não são necessariamente negativos, mas são fundamentais na análise da exploração e do pós-colonialismo.

1.1. A Periferia e o Mundo Desenvolvido

Em primeiro lugar é necessário analisar a colonização para identificar como estes países chegaram a ser “periféricos” e como os demais conseguiram chegar ao desenvolvimento. O colonialismo é definido, no dicionário Merriam-Webster, como “o controle exercido por um país sobre uma área e seu povo”¹. O período de colonização no continente africano ocorreu, pela Europa, entre 1870 e 1900 e ficou conhecido como “a corrida pela África” (EKECHI, 2002) no qual vários países europeus disputaram o poder nas sociedades africanas. Esta disputa causou uma necessidade de expansão em direção à África com o objetivo de adquirir poder social, econômico e político (EKECHI, 2002), além de terras e população.

O poderio de alguns países europeus, marcado por várias décadas de desenvolvimento, começou na procura de novos territórios para dominação, o que foi possível graças a sua superioridade econômica e tecnológica em comparação com outros países da época. A Europa utilizou esta superioridade para criar uma relação de dependência entre os colonizados e o modelo de vida europeu. (WATSON, 1992). Os colonizados tornaram-se, dessa forma, dependentes das leis e administração do seu Estado-mãe.

A administração do governo local era dada para um nativo, mas o governo era feito pelo país desenvolvido. Os próprios líderes africanos eram regidos pelos interesses europeus, e estes

¹ “Control by one country over another area and its people.” (Tradução nossa)

acabavam mandando “indiretamente” na sociedade, mesmo que o país colonizado tivesse suas próprias leis e seus próprios líderes. (STILWELL, 2002). A Europa tornou-se um exemplo de “modo de vida” e todos os países da periferia se viram obrigados a adotar padrões europeus para que possuíssem um chamado “progresso” e este contexto favoreceu a padronização do mundo, que tornou a “europeização” um objetivo a ser atingido em todos os setores.

Mais da metade da população negra da África vive em um país no qual o inglês é a língua oficial. (APPIAH, 1992). Os países que não adotaram o inglês utilizaram outras línguas, francês ou português, como idioma oficial. Observa-se o problema da elitização da linguagem ocidental estabelecida pelos governos da metrópole, a qual seria a primeira língua de poucos e falada somente por uma parcela pequena da população. Na maioria dos Estados anglófonos, até mesmo as elites aprenderiam pelo menos uma das centenas de dialetos locais antes do inglês. (APPIAH, 1992).

As elites não só usam as línguas coloniais como meio de exercer liderança, mas também admiram a literatura dos seus ex-colonizadores. As línguas estrangeiras adotadas pela elite se tornaram uma marca de status, impedindo que a diferença de classes herdadas do Estado colonial desaparecesse. A situação linguística é importante para analisar as diferenças atribuídas pelas distintas culturas dentro dos países africanos. Também cabe ressaltar os conceitos de tradição e modernidade, com a integração de teorias herdadas do colonialismo. (APPIAH, 1992).

Novos conceitos e crenças, obtidos por países estrangeiros, são de importância especial para analisar o Estado pós-colonial. O sistema imposto e a realidade de um país não necessariamente funcionarão se adotados em outro Estado. Para que eles sejam efetivados por outro país e que se tornem base de uma política nacional é preciso que sejam acreditados. (APPIAH, 1992) Porém, para analisar um Estado pós-colonial e verificar a legitimidade dos sistemas estabelecidos, é preciso explorar o caso do continente africano como um caso único e não como verdades ditas pela realidade ocidental.

A autoridade colonial procurou, ainda, estigmatizar as crenças religiosas tradicionais do povo local, e os colonizados atuaram no sentido de esconder sua negligência em relação ao cristianismo europeu. O Estado colonial estabeleceu um sistema legal que não correspondia com os valores do colonizado, ameaçando não só os seus valores mas também todo o sistema estabelecido. (APPIAH, 1992). Sistemas legais do mundo desenvolvido foram estabelecidos e legitimados

através de uma longa história de adaptações mútuas entre prática jurídica e normas populares. (APPIAH, 1992). Dessa forma, fica fácil imaginar como um sistema legal estabelecido pode ser ilegítimo para a população nativa, aumentando atos de resistência contra um sistema imposto.

O pós-colonialismo, por sua vez, representa os efeitos da colonização na atual sociedade de um determinado país e a sua dependência com seu Estado-mãe. Como Sanjay afirma, “o ‘pós’ não marca o período depois da era colonial, mas sim os efeitos desta era na formação do mundo que é nosso”.² Mesmo que os países se afastassem do seu Estado colonizador, eles continuariam sofrendo os efeitos das normas, da cultura e das políticas do mesmo. (SANJAY, 2011). Dessa forma, a descolonização dos países, apesar de trazer soberania, não mudou o padrão estabelecido pelo velho continente. A sociedade internacional passou a ser mais democrática, porém dependente dos seus predecessores europeus. (WATSON, 1992).

O processo de desvinculação em uma relação de dominação não é simples em nenhuma de suas manifestações. Pode-se analisar a emancipação dos Estados Unidos para entender melhor o problema de dependência, da tentativa de desvinculação das raízes e da obtenção de soberania sobre si mesmo. Quando os escravos foram libertados nos Estados Unidos muitos acabaram ficando com os seus patrões por não ter nenhum lugar melhor para ir. Além de dependerem de seus patrões, eles não conseguiam achar emprego e não tinham dinheiro. Não tinham como sobreviver sozinhos. Dessa forma, a liberdade se tornou ilusória, pois continuavam dependentes. Muitos tiveram que procurar outros escravos e criar novas comunidades ou ficar com os patrões antigos, pois a sobrevivência era prioridade, com ou sem tratamento digno. (DOWNS, 2012).

A definição de periferia de acordo com o dicionário Michaelis se insere como uma “região distante do centro urbano, com pouca ou nenhuma estrutura e serviços urbanos, onde vive a população de baixa renda”. Já o mundo desenvolvido é aquele com estrutura e serviços urbanos, onde vive a população com renda mais elevada, além de possuir a liberdade e a tecnologia necessárias na utilização de recursos com mais eficiência, enquanto a periferia se espelha nos desenvolvidos e tem como meta a inserção neste meio. (SANJAY, 2011).

Observa-se a questão de países da periferia como um reflexo de dependência ocorrida nos EUA em relação aos escravos com seus patrões ou, no caso, aos Estados colonizadores. Quando a

² “The ‘post’ does not mark the period after the colonial era, but rather the effects of this era in shaping the world that is ours.” (Tradução nossa)

liberdade lhes foi dada, os países não tinham quem os governasse e também não conseguiam progredir, pois eles eram considerados de “terceiro mundo”. Este termo foi adotado pelos países em desenvolvimento durante a Conferência de Bandung³, de 1955, como tentativa de ganho de respeito e aumento da cooperação entre a África e a Ásia, para se opor ao neocolonialismo. (KAHIN, 1955).

O sociólogo francês Alfred Sauvy cunhou o termo dos três mundos alguns anos antes da conferência: o primeiro se referia às democracias capitalistas, o segundo ao bloco soviético e o terceiro aos países pós-coloniais. Os países de “terceiro mundo” seriam os países da periferia. Aqueles menos desenvolvidos e com sistemas políticos enfraquecidos comparados com seus antecessores europeus. Economicamente, estes países dependiam das indústrias do mundo desenvolvido e deles se extraíam matérias-primas. (HALSALL, 1997). Enquanto isso, os países centrais possuiriam indústrias próprias, seriam independentes de forças externas e tenderiam a ter poder e influência sobre os países periféricos.

Seria natural imaginar que a periferia se beneficiaria com a derrubada do colonialismo. No entanto não foi o que ocorreu. Devido ao enxugamento da economia local e ao uso das matérias-primas sem retorno adequado, os países periféricos foram afetados negativamente, principalmente por causa dos cargos políticos terem sido dados aos colonizadores europeus. (STILWELL, 2002). A maioria dos portadores dos cargos mais importantes, como bancário, servidor público e médicos, era oriunda da Europa, uma vez que grande parte dos países periféricos não tinha universidades adequadas com ensino nas áreas especializadas.

Percebe-se, também, como os interesses dos Estados colonizadores refletiam na economia dos Estados periféricos. A América Latina, com o café, ou Serra Leoa, com os diamantes, são exemplos básicos de economias superficiais que refletiam as necessidades europeias. (STILWELL, 2002). Entretanto, matérias-primas não são tão valiosas como materiais industriais o que acabou causando uma disparidade muito grande na competitividade dos países pós-coloniais com os países de “primeiro mundo” e a libertação em relação à colônia não alterou de forma significativa a realidade econômica dos países da periferia.

³ Encontro que ocorreu na Indonésia em abril de 1955 e que reuniu líderes de países africanos e asiáticos com o objetivo de promover cooperação econômica e cultural entre os Estados, além de declarar o não-alinhamento com os EUA ou com a URSS.

Os países desenvolvidos eram os maiores parceiros comerciais dos periféricos. Como no exemplo do escravo que precisava do patrão para sobreviver, os países periféricos necessitavam dos desenvolvidos para conseguir ter êxito econômico. Os principais produtos de exportação eram os mesmos que o colonizador introduziu e que foram desenvolvidos durante o período do colonialismo. (IWERIEBOR, 2002). Quando o país se libertou, ele não tinha a tecnologia ou o trabalho especializado para poder desenvolver os materiais de exportação para poder alavancar a economia.

Portanto, mesmo que os países periféricos estivessem livres, ainda estariam fortemente enraizados ao seu passado, o que acabaria acarretando em dificuldades no seu desenvolvimento, causando grandes desigualdades em todas as áreas internas. (STILWELL, 2002). E, quanto menos relevância o país tivesse, menos ajuda externa ele poderia receber por parte de outros países e empresas estrangeiras.

Tomando a Nigéria como exemplo de um dos países citados, que sofreram com o colonialismo e com a descolonização, serão analisados os efeitos e as consequências deixadas pela *Shell* no estado Delta nigeriano. O país não somente sofreu com a grande influencia do colonialismo britânico, mas também foi caracterizado pela imposição de normas, da forma como funcionaria a sociedade e a administração. (CHARLE, 2006).

Desde que obteve independência da Grã-Bretanha, em 1960, teve dificuldades em criar uma nação democrática. (BAH, 2004). São inúmeros os casos de instabilidade como relatado por Abu Bakkar Bah: “houve golpes de estado, ameaças de secessão, uma guerra civil e numerosos casos de violência étnica” (Bah, 2004).⁴ Tanta fraqueza política atraiu e ainda atrai interesses por parte de diversas empresas multinacionais, o que acabou transferindo as características do pós-colonialismo do Estado colonizador para a empresa exploradora.

⁴ “There have been coup d'Etats, threats of secession, a civil war, and numerous outbreaks of ethnic violence.” (Tradução nossa)

1.2. A Presença do Estado Nigeriano

A definição clássica de Max Weber para um Estado é a de “uma entidade que reivindica o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um território”.⁵ O Estado nigeriano é composto por três grupos principais (Hausa-Fulani, Igbo e Yoruba), além de contar com mais de 350 nacionalidades étnicas e grupos minoritários que compõem o país. (SHAKA, 2005). Nestas condições, é difícil o Estado ser legítimo quando possui diversos grupos disputando o poder ou seu reconhecimento. Ele até poderá ter legitimidade em algumas áreas, mas quando há tanta heterogeneidade o governo pode não ter poder em locais dominados por outros grupos.

Estas disputas por poder e as divisões no país ocorreram desde a sua colonização. Por tratar-se de um território muito grande, todas as regiões precisavam de representação política entre os grupos étnicos e os nigerianos não poderiam ter um Estado forte se eles não tivessem representação para todos estes grupos. Para que houvesse legitimidade seria necessário que a distribuição entre eles fosse equitativa. (BAH, 2004).

Segundo o autor, o *nation building* foi “voltado para criar instituições que estruturalmente incorporassem estes ideais.”⁶ Estes princípios estão em todas as Constituições nigerianas, como a de 1979 que afirmava “não haver predominância de pessoas de alguns estados ou de alguns grupos étnicos ou seccionais no governo ou nas suas agências”⁷, e proíbe a “discriminação em razão da origem, sexo, religião, status e associações linguísticas ou laços étnicos.”⁸

O problema, entretanto, não estaria na intenção do Estado, mas sim na sua incapacidade de representar todos os grupos, pois os governos estabelecidos até agora falharam em representar adequadamente a diversidade étnica da Nigéria. O que faltava era um governo eleito democraticamente que operasse através de instituições efetivas. (BAH, 2004). Fora o governo, a liderança também precisava abranger valores democráticos. Mesmo as ideias do autor sendo de um tempo menos representativo para o povo nigeriano, há problemas de representação até hoje no país.

⁵ State is an entity that successfully claims a "monopoly of the legitimate use of physical force within a given territory". (Tradução nossa)

⁶ “Nation building has largely centered on designing institutions that structurally embody these ideals.” (Tradução nossa)

⁷ “...thereby ensuring that there shall be no predominance of persons from a few states or a few ethnic or other sectional groups in the government or in any of its agencies.” (Tradução nossa)

⁸ “...discrimination on the grounds of place of origin, sex, religion, status, ethnic or linguistic association or ties.” (Tradução nossa)

Historicamente, a Nigéria não teve êxito em eleger líderes que apoiavam a descentralização do poder central. (BAH, 2004). As três repúblicas estabelecidas no país representaram somente algumas regiões, com atitudes enviesadas tomadas contra as minorias étnicas. E é justamente esta falta de representatividade que compromete o papel do Estado nigeriano.

A Nigéria é o país africano mais populoso e possui a maior democracia africana, apesar de ser uma das mais turbulentas. Os vastos recursos nigerianos causaram uma acirrada disputa de poder pelo poder central. (ADEBANWI e OBADARE, 2010). O uso de instrumentos fiscais para centralizar o poder político e os recursos minerais causou uma enorme desigualdade entre os estados que tinham o recurso e os estados que eram realmente beneficiados por ele, gerando uma grande instabilidade política. (ADEBANWI e OBADARE, 2010).

A região do Níger Delta tem amplas reservas de petróleo e é o estado nigeriano em que a instabilidade é mais pungente. Ali, a desordem e o lucro complementam um ao outro. O governo, por sua vez, procura adotar uma política mais presencial, porém não consegue ter influência suficiente no Níger Delta para eliminar a resistência existente. (ADEBANWI e OBADARE, 2010). A luta dos militantes e as atividades criminais mudaram o problema de “adversidade para vantagem”.(ADEBANWI e OBADARE, 2010).⁹ A resistência utiliza da violência para estabelecer a ordem e tentar libertar o povo, que busca ter maior representação política.

O petróleo, encontrado em abundância na região, complementa o problema, pois verifica-se a existência de um recurso valioso numa região extremamente instável. Ademais, o país desperdiçou uma enorme oportunidade de tirar proveito das reservas petrolíferas. Ao invés de usá-las como uma alavanca para o desenvolvimento regional e federal, a falta de representação legítima do governo resultou em disputas pelo seu recurso. (ADEBANWI e OBADARE, 2010).

A atividade de grupos militantes acabou tomando conta das políticas que deveriam ser adotadas pelo governo e movimentos como o *Niger Delta People's Volunteer Force* (NDPVF)¹⁰ e grupos de resistência como o *Niger Delta Vigilante* (NDV)¹¹ e o *Movement for the Emancipation*

⁹ “...adversity into advantage.” (Tradução nossa)

¹⁰ Movimento armado do Níger Delta, constituído pelo maior grupo étnico da região, os Ijaw. Foi criado em 2004 com o objetivo de obter mais controle das receitas de petróleo.

¹¹ Parecido com o NDPVF em relação às demandas para a região.

of the Niger Delta (MEND)¹² acabaram surgindo visando lucrar com o petróleo existente na área. (ADEBANWI e OBADARE, 2010).

A existência de um recurso tão valioso acabou causando mais separação do que união no país e quem acabou se aproveitando da situação turbulenta foram os investidores externos. A região era desconhecida para a comunidade internacional até serem encontradas reservas de petróleo e sua exploração por parte das corporações multinacionais trouxe vários problemas econômicos, sociais e ambientais. (OJAKOROTU, 2008). Os efeitos negativos pela internacionalização da região só pioraram a luta por representação, pois nem a Nigéria e nem a comunidade internacional conseguiram prestar a assistência necessária ao povo local.

A atividade de corporações multinacionais na região é muito parecida com o processo colonizador britânico na Nigéria. Os interesses estrangeiros acabam ficando em primeiro plano e o povo em segundo. Além disso, a descoberta de petróleo por corporações estrangeiras é um processo parecido com as descobertas de recurso dos colonizadores em países africanos.

A exploração na era colonial era feita através da adoção de taxas para os colonizados e pela extração de recursos naturais. (OSAGHAE, 2006). Os colonizadores pagavam preços muito baixos para os recursos extraídos pelos povos africanos, resultando em mais desenvolvimento para os primeiros e menos desenvolvimento para a população local.

A falta de representação própria para todo o país e a sua relativamente jovem idade leva ao questionamento da eficiência do governo local. Com base na definição do que seria uma nação, a legitimidade do Estado nigeriano torna-se discutível. Percebe-se que a região do Níger Delta não tem sido representada de forma justa e efetiva. As milícias formadas para combater o governo são prova disso e a região acaba ficando dependente de corporações para ter algum tipo de desenvolvimento, resultando no aumento de sua importância em relação ao governo do país.

1.3. Laços da Nigéria com seu Colonizador

Os acordos firmados pelos países europeus que formaram a África não se importaram com as fronteiras culturais e étnicas. O Estado pós-colonial é especial e único pelo fato do autoritarismo

¹² Um dos maiores grupos militantes do Níger Delta. Tenta expor a exploração sofrida pelos habitantes locais, assim como a degradação dos recursos ambientais promovida pelo governo nigeriano e as corporações multinacionais. Utiliza-se de sabotagens, seqüestros e roubos como forma de atingir seus objetivos.

e da predação sistêmica terem definido o Estado colonial e criado as políticas, o poder e a economia da colônia. (AMUWO, 2010). Dessa forma, a governança tem sido restringida por três fatores: o caráter histórico do colonialismo na política, na economia e na sociedade do país, a lógica do imperialismo estrutural e a globalização capitalista junto com os interesses da elite e do capital transnacional. (AMUWO, 2010).

O país foi criado dentro de um sistema de relações desiguais e de parcerias falsas a custo do sistema social do povo nigeriano. (AMUWO, 2010). Sendo uma neocolônia, a Nigéria está presa desde sua independência entre duas lógicas sociais: a democratização popular e o desenvolvimento genuíno por um lado e a opressão do imperialismo estrutural e do neocolonialismo por outro. (AMUWO, 2010).

É difícil um país desenvolver um sistema democrático com base em uma história colonial. Não é adequado para o funcionamento da forma mais elementar da democracia constitucional e muito menos para a construção de um Estado democraticamente desenvolvido. (AMUWO, 2010). Nacionalistas nigerianos não aprenderam como governar um Estado moderno e complexo a não ser através do uso da força pelo Estado para suprimir oponentes políticos reais e imaginários.

Desde a sua origem colonial até a independência dos ingleses, em 1960, os laços da Nigéria com seu colonizador eram evidentes. Os ingleses introduziram seus conceitos de sociedade para os chefes das tribos locais no norte da Nigéria no começo do século XIX. (CHARLE, 2006). Os primeiros comerciantes ingleses procuravam lucrar com a venda de escravos. Na metade do século, os britânicos foram enviados para combater o comércio e assegurar a manutenção da costa leste africana. Já o norte e o sul do país colonial eram separados e regidos por diferentes governos locais.

A imposição de leis coloniais estabeleceu um novo sistema político e econômico para os ingleses se beneficiarem monetariamente na região. (UCHE, 1999). Um governo colonial foi criado de forma a reger toda a área nigeriana, começando pela colônia Lagos. Durante esse período, o governo britânico adotou medidas para tirar de circulação as moedas que eram usadas pelos povos locais e introduzir a moeda britânica. (UCHE, 1999). A transição foi turbulenta e causou uma grande dor de cabeça para os europeus que buscavam comercializar com o povo local. Esse período de transição foi marcado por protestos, conflitos e disputas entre tribos.

A decisão de implementar a *African Banking Corporation* foi tomada com o objetivo de obter a predominância da moeda inglesa no fim do século XIX .(UCHE, 1999). Os governantes sugeriram o compartilhamento dos lucros para a colônia, mas a ideia foi rejeitada pelo tesouro nacional britânico. Um segundo banco, *The Bank of British West Africa*, foi estabelecido para explorar o “grande mercado africano inexplorado”. (UCHE, 1999). Um crédito bancário foi dado aos chefes das tribos para que eles dessem a opção aos nativos de trocar terras por crédito. Os líderes tribais tinham o direito de taxar os povos para o governo britânico, que em troca compensava os chefes com parcelas de exportação.

Antes dos bancos, o sistema de trocas era usado no lugar de compras e vendas feitas por moedas. A troca de produtos dependia muito da economia britânica. A produção de óleo de dendê, amêndoas, estanho e cacau era trocada por produtos manufaturados. O transporte dos bens era financiado pelos próprios britânicos. (CHARLE, 2006). Novos produtos e novas formas de produção foram estabelecidas devido a grande demanda entre os dois atores.

Como consequência, novas técnicas comerciais ajudaram na industrialização das colônias. A combinação de mercados mais amplos com a comercialização serviu como base para o investimento doméstico, que “possibilitou um crescimento econômico autossustentável”. (Charle, 2006).¹³ A maioria da população conseguiu prosperar graças ao desenvolvimento econômico, pois houve uma injeção de dinheiro na economia nigeriana no início do século XX, usada para investimentos em infraestrutura básica. (CHARLE, 2006).

Atualmente, a maioria das exportações do país ocorre graças aos contatos entre a Nigéria e os países desenvolvidos (CHARLE, 2006), ocorridos primeiramente devido às políticas inglesas, durante a época colonial, que deram início à cooperação entre a Nigéria e o resto do mundo. Com tantos investimentos externos em sua época colonial é difícil não ficar dependente mesmo após a emancipação. Os ingleses contribuíram de forma significativa para o crescimento do país, que também contou com um amplo crescimento da população e da distribuição de renda.

Com a independência nigeriana a desigualdade social, já aparente na época colonial, piorou, causando uma grande crise na sociedade do país. O aumento do regionalismo e os problemas causados pela baixa representatividade contribuíram para o legado negativo. Uma grande parte dos problemas nigerianos durante a colonização era a separação entre forças sociais e

¹³ “...make possible self-sustaining economic growth.” (Tradução nossa)

políticas para proteger os postos de poder (AMUWO, 2010), resultando na adoção de políticas de forma a conseguir mudanças sociais. No entanto, as políticas progressistas eram barradas pelos colonizadores para que os cargos fossem ocupados por partidos conservadores. (AMUWO, 2010). Outra razão para os problemas sociais da época foi a instalação de “um sistema federal extremamente desigual”. (Amuwo, 2010).¹⁴

A expansão da população no norte do país possibilitou que o governo inglês implementasse no local as primeiras instituições, tornando-o uma região autônoma e permitindo que ele fosse utilizado para controlar o resto do território. As regiões leste e oeste também ganharam poder, acarretando no estabelecimento de um governo tri-regional. O problema dava-se na representação extremamente baixa para todos os grupos que formavam a Nigéria, causando uma polarização de forças políticas que representavam somente uma parte de todo o Estado.

Dessa forma, “a Grã-Bretanha, inadvertidamente, contribuiu para as forças que culminaram na guerra civil nigeriana”. (Amuwo, 2010).¹⁵ Esta contribuição foi tão aparente que, de acordo com o primeiro presidente da república, “para desenvolver-se em uma união quase perfeita, toda a Nigéria precisa ser dividida e demarcada geográfica e demograficamente para que nenhuma região possa estar em posição para dominar o resto”. (Amuwo, 2010).¹⁶ No entanto, a lógica de que a separação de todas as regiões legitimaria o controle governamental estava errada.

A etnicidade e a falta de representatividade resultaram em uma instabilidade política. “A etnicidade esconde a significativa diferenciação de classes e lutas que tem sido a marca da política nigeriana desde o período colonial”. (Amuwo, 2010).¹⁷ Segundo o autor, o Estado nigeriano sofre até hoje devido à influência britânica que esteve presente desde os primeiros processos de formação do governo e da sociedade, quando geraram conflitos étnicos e regionais por todos os cantos do país, então fragmentado.

¹⁴ “...the creation of an extremely lopsided federal system.” (Tradução nossa)

¹⁵ “Britain inadvertently contributed to the forces which culminated in the Nigerian civil war.” (Tradução nossa)

¹⁶ “...in order to evolve into a near perfect union, the whole of Nigeria should be divided and so demarcated geographically and demographically that no one region would be in a position to dominate the rest.” (Tradução nossa)

¹⁷ “...ethnicity hides the significant class differentiation and struggles that have been the hallmark of Nigerian politics since the colonial period.” (Tradução nossa)

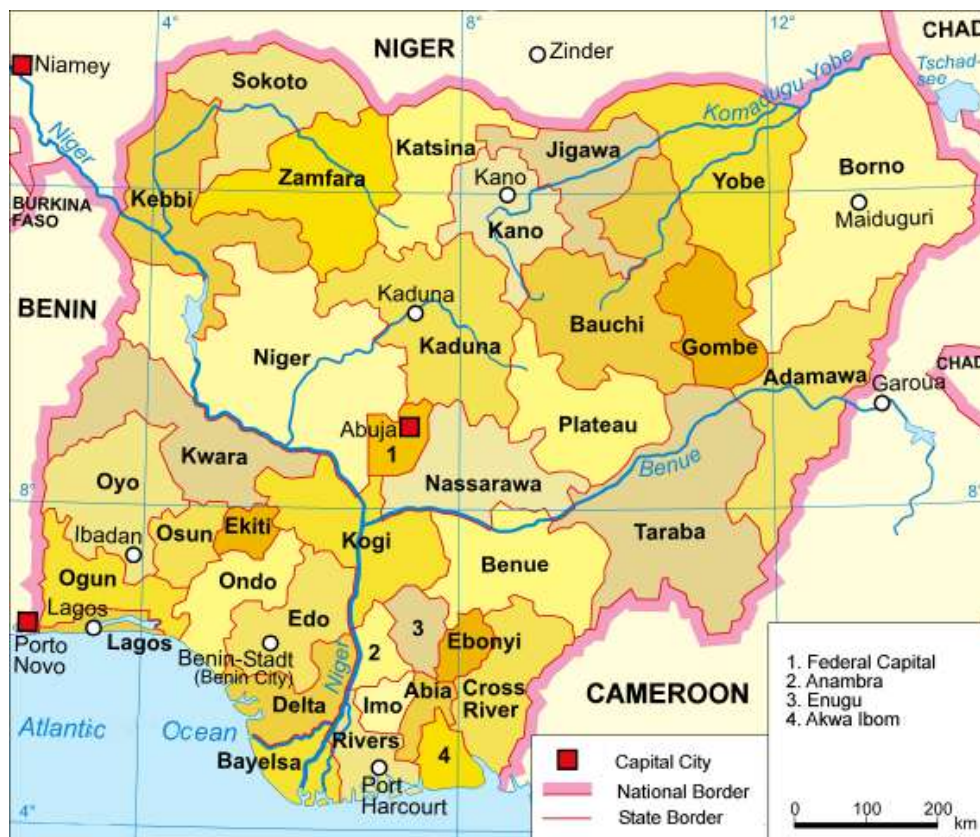
2. PROBLEMAS SOCIAIS E POLÍTICOS DA REGIÃO

A Nigéria é marcada por problemas sociais e políticos. Desde o colonialismo, o país mais populoso da África teve problemas em estabelecer um governo central legítimo que representasse todos os seus povos. A diversidade política das diversas regiões resultou em várias subdivisões e uma esfera pública fragmentada. Os problemas sociais acarretaram, ainda, no aumento do fundamentalismo religioso, que dividiu ainda mais o país, e a falta de uma estrutura política incentivou a população a procurar outros meios que procurassem satisfazer suas necessidades. A instabilidade no país acabou despertando o interesse da comunidade internacional e os abusos dos direitos humanos durante os governos militares causaram revolta das organizações não governamentais, que buscaram alternativas para proteger os direitos da população.

2.1. Instabilidade Políticas e a Busca por uma Esfera Pública

A influência e o controle britânico na região da Nigéria ocorreram ao longo do século XIX. Uma série de Constituições após a segunda guerra mundial proporcionou ao país mais autonomia, resultando em sua independência na década de 1960. Após quase 16 anos de governo militar, uma nova Constituição foi criada, em 1999, e a transição para o governo civil foi completada. No entanto, o governo continua enfrentando a tarefa difícil de reformar sua economia, baseada principalmente em petróleo, cujas receitas foram desperdiçadas através da corrupção, da má administração e das instituições democráticas frágeis. (JACKSON, 2007). A Nigéria continua sofrendo com tensões étnicas e religiosas, mas, apesar das eleições de 2003 e 2007 terem sido marcadas por irregularidades e violência, o país tem passado por sua fase mais longa de governo civil.

A Nigéria é uma República Federativa constitucional baseada nos sistemas americano e britânico. Possui 36 estados e a sua capital localiza-se em Abuja. Seu território encontra-se na África Ocidental e o país faz fronteiras com Chade, Camarões, República do Benim e Níger, além de ser banhado pelo Golfo da Guiné. Como nos Estados Unidos a corte suprema é o tribunal mais alto. O Presidente é o líder do Executivo e eleito através de eleições. Além disso, ele indica os ministros. Os ministérios são responsáveis pelas instituições e empresas estatais como as universidades, a comissão nacional de comunicação e a corporação nacional nigeriana de petróleo.



Fonte: Wikimedia Commons¹⁸

Devido às suas raízes coloniais, o governo também é influenciado pelo Sistema *Westminster*¹⁹ na composição e administração bicameral – com a Câmara de Representantes e a Câmara do Senado. O país tem um sistema de leis baseado no *Common Law*, utilizado pelos países da *Commonwealth* britânica, e no direito consuetudinário. O primeiro foi desenvolvido desde a época colonial enquanto o direito consuetudinário, por sua vez, é derivado das normas e tradições indígenas e tribais. (TOYIN, 1985). No norte do país existe, ainda, a lei *sharia* que é o sistema legal islâmico.

A Nigéria nem sempre foi caracterizada pela democracia e pelo sistema político apresentados. Desde sua independência, em 1960, os primeiros anos do país foram de governança da monarquia britânica com um governador geral apontado por um ministério nigeriano. Na sua primeira Constituição e sua Primeira República, em 1963, o presidente foi eleito pelo Parlamento

¹⁸ Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Template:Nigeria_states_map>. Acesso em: 07 de maio de 2015.

¹⁹ Sistema democrático parlamentarista baseado na política britânica.

para um mandato de cinco anos para ser Chefe de Estado. (TOYIN, 1985). No entanto, o presidente eleito foi derrubado através de um golpe de Estado liderado pelas forças armadas da Nigéria. Dias depois do episódio, o Major-General Johnson Aguiyi-Ironsi foi assassinado pelo exército e o General Yakubu assumiu o poder. O governo do Yakubu durou mais tempo e em 1975 ele foi deposto pelo General Murtala Mohammed.

O ciclo de violência na política continuou e o regime do Mohammed chegou ao fim quando ele foi assassinado em 1976. (TOYIN, 1985). O último regime militar durou de 1966 até 1979 e foi o do General-Major Olusengun Obasanjo que iniciou o processo de transição para a um governo civil. Uma nova Constituição foi promulgada e a política do país voltou ao Sistema *Westminster* usado na Primeira República. Cinco partidos políticos disputaram as eleições e Shehu Shagari, do partido nacional da Nigéria, foi eleito presidente. Obasanjo transferiu o poder para Shagari e se tornou o primeiro Chefe de Estado do país a voluntariamente renunciar a Presidência. (TOYIN, 1985).

Em 1983, entretanto, o incumbente e seu partido político retornaram ao poder com uma vitória esmagadora, tomando conta da maioria da câmara e do governo de 12 estados. As eleições foram marcadas por violência e alegações de fraude eleitoral. (TOYIN, 1985). Vários ativistas nigerianos renomados acreditavam na existência de falsificação dos resultados e criticaram o governo de Shagari. Em dezembro do mesmo ano as forças armadas nigerianas retomaram o poder e deram fim à Segunda República nigeriana. O General-Major Muhammadu Buhari se tornou o líder militar do governo e citou acusações de corrupção e incompetência administrativa como os argumentos que sustentavam a intervenção. O ex-presidente Shagari foi colocado sob prisão domiciliar e seus membros de gabinete foram exilados ou presos.

O governo de Buhari foi pacificamente derrubado por outra junta militar liderado por Ibrahim Babangida. (AMUWO, 2010). O novo líder alegou que o governo anterior foi marcado por abusos de poder, violações aos direitos humanos por oficiais e pela incapacidade de lidar com a profunda crise econômica. Nos primeiros dias no poder Babangida restaurou a liberdade da imprensa e trabalhou para a libertação de políticos sendo detidos sem acusações legítimas.

Babagida prometeu um governo civil para seu povo, mas demorou para estabelecer o governo democrático tão desejado. (WRIGHT, 2002). A Constituição da Terceira República foi

criada em 1989, quando o presidente prometeu acabar com o regime militar no ano seguinte. Por razões de instabilidade política, Babagida teve que adiar sua promessa por mais três anos. Finalmente, em 1993, as eleições para presidência aconteceram e o vencedor deu uma vitória decisiva ao partido social democrata.

Alguns dias depois o General Babaginda anulou as eleições e causou um grande tumulto político no país. Depois de três meses novamente no poder, Babaginda sucumbiu às pressões de seus oficiais de confiança e renunciou ao cargo. (AMUWO, 2010). O país passou a ser governado por um empresário, conhecido como Ernest Shonekan, líder da equipe de transição de Babaginda. Sua inexperiência provou-se grande e ele não conseguiu governar o caos político deixado por seu antecessor.

Meses depois o General Sani Abacha, então Ministro da Defesa, tirou Shonekan do governo, e deu início a uma junta militar e a um governo controverso, marcado por abusos aos direitos humanos e de alegações de corrupção em contas no exterior (WRIGHT, 2002), gerando protestos de diversas ONGs ao redor do mundo contra sua ditadura. Sua morte deu início a nova era democrática nigeriana, marcada pelo retorno de Osabanjo através de eleições diretas e pelo aprimoramento da Constituição do país. (WRIGHT, 2002).

A Nigéria vive um paradoxo em relação ao seu povo. Por um lado, tem uma economia relevante e por outro é condenada pela comunidade internacional por seus abusos aos direitos humanos. (JACKSON, 2007). Desde sua independência tem sido vítima de abusos de poder do governo federal que resultaram em desperdício de recursos naturais e que retardaram o projeto de *nation building* que começou na omissão do governo britânico em 1950. (JACKSON, 2007). A dificuldade de construir uma nação continua e mesmo depois de “quase meio século de independência as tensões dentro do Estado são a causa da insegurança que afeta a vida de milhões de nigerianos.” (JACKSON, 2007)²⁰.

As circunstâncias de desenvolvimento político na Nigéria são muito parecidas com as de outros países de terceiro mundo. Crises de legitimidade, instabilidade, conflitos, guerra, pobreza e

²⁰ “The struggle to build a nation remains unresolved, despite nearly half a century of national independence, and tensions within the state are a root cause of the insecurity which is the backdrop to the lives of millions of Nigerians.” (Tradução nossa)

sujeição à marginalização das hegemonias globais somam dificuldades em obter o *nation building* e a estabilidade política. (OSAHAE, 2010). O problema da Nigéria está na falta de uma liderança eficaz e bem sucedida, pois a incapacidade do Estado de cumprir as promessas e solucionar os desafios enfraquecem sua governança. (OSAHAE, 2010).

As questões relacionadas ao *nation building* acabam resultando em instabilidades que causam tensões constantes entre o governo federal e as regiões poderosas do país. (JACKSON, 2007). Os problemas são consequência de políticas regionais fortes e da atuação militar por parte do Estado (JACKSON, 2007), agregados à corrupção, que acabam formando uma receita desastrosa causando problemas sociais e afetando a população local. Dessa forma, a população tem de se preocupar com problemas relacionados à sua segurança e à ameaça constante de violência. (JACKSON, 2007).

Os pilares desta instabilidade são resultado da luta contra a colonização. (OSAHAE, 2010). Os frutos da era colonial foram líderes erguidos através de revoluções nacionalistas e heroicas para liderar um país sem nenhuma experiência política. (OSAHAE, 2010). Enfatizavam-se os atributos pessoais acima de correlatos institucionais e a legitimidade seria trazida através do carisma e do heroísmo. (OSAHAE, 2010). Estes revolucionários frustraram as expectativas e esperanças e se impuseram na política de forma corrupta, muitas vezes por interesse próprio, alegando que seus interesses seriam os do povo. (OSAHAE, 2010).

Dessa forma, a busca eterna por bons líderes acabou incitando as intervenções militares no país. De acordo com Osahae, “nos 50 anos entre 1960, quando o país se tornou independente, e 2010, o país teve um total de 19 Chefes de Estado e governo.” (Osahae, 2010).²¹ Sucessivos regimes militares autoritários e a dependência por investimentos estrangeiros também afetaram a crise, uma vez que o Estado não conseguia regular o capital transnacional para o interesse nacional. Com a economia de petróleo nas mãos de uma pequena parcela da população e beneficiando a elite governante, a maioria dos nigerianos não sentia os benefícios econômicos oriundos do recurso. (AMUWO, 2010).

²¹ “In the 50 years between 1960, where the country became independent, and 2010 the country had a total of 19 chiefs of state and government.” (Tradução nossa)

As populações minoritárias foram as mais afetadas pelo fraco sistema político do país. As minorias no estado Delta são perseguidas pelas etnias maiores e mais fortes. (JACKSON, 2007). Movimentos religiosos e grupos étnicos radicais são consequências da falta de estrutura do governo nigeriano e os conflitos entre o governo central e as regiões locais também se expandem para países vizinhos. Esses conflitos são exacerbados pelos recursos naturais valiosos nas regiões, que são uma grande fonte de riqueza para alguns, causando disputas pelo produto. (JACKSON, 2007). E tais recursos acabaram aumentando a visibilidade do país, que passou a atrair interesse internacional de superpotências como os EUA e a China.

Outro ponto a destacar foi a ocorrência de grandes movimentos separatistas na região do Delta para que os habitantes locais tivessem acesso aos recursos valiosos da região. (JACKSON, 2007). Estima-se que o petróleo represente 83% da receita do governo federal, tornando a economia nigeriana extremamente dependente da região para se manter como potência africana, uma vez que o país é um dos dez maiores produtores de petróleo do mundo e membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC). (JACKSON, 2007).

Ataques violentos contra instalações petroleiras e o sequestro de trabalhadores estrangeiros também afetam os negócios do Estado nigeriano. (JACKSON, 2007). Os custos ecológicos e humanos pelos danos causados pela extração também são problemáticos em uma região em estado de insurgência. Tais atos são devastadores para a imagem do país e para as demais empresas interessadas em negociar na região. Existem também preocupações em relação às conexões dos grupos terroristas, principalmente a Al-Qaeda, com a militância no Delta. (JACKSON, 2007). Outro problema encontra-se na aproximação entre o Boko Haram, o grupo militante islâmico presente na região norte do país, e o Estado Islâmico. O líder do grupo anunciou, em 2015, a lealdade ao EI e a outros grupos jihadistas existentes em diversos lugares do mundo, como no Paquistão, Afeganistão e Oriente Médio.

A maioria dos crimes cometidos na indústria é parte do *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* (MEND). O governo federal, por sua vez, afirma ter muita dificuldade de ir atrás dos militantes armados nos pântanos do Delta, por causa da falta de equipamento adequado e de oficiais treinados. A falta de estrutura militar na região é ampliada pelos tratados que armaram as tribos locais. A maioria das chamadas *gangs* opera como cartéis no roubo de petróleo e trabalha

com o crime internacional. (JACKSON, 2007). O grupo mais bem armado do Delta continua sendo o MEND, que dificulta a estabilidade do governo na região.

A crise no Delta tem se deteriorado com o passar dos anos. Há mais violência, mais milícias armadas (com armas melhores) e mais corrupção na aquisição e no marketing do petróleo e gás natural. (JACKSON, 2007). O desemprego e a destituição estão entre os mais altos de todo o país. (JACKSON, 2007). A polícia e os políticos roubam em média 5% de toda a produção nacional, resultando em um excesso de armas sofisticadas e no encorajamento de redes de crime organizado internacional. (JACKSON, 2007). Mais de 1.500 pessoas são mortas por ano em confrontos no Delta e mais de 5.000 pessoas são deslocadas, procurando escapar de seus vilarejos incendiados. (JACKSON, 2007).

Os roubos de petróleo também afetam a indústria local e, de acordo com o *Economist Intelligence Unit*, pelo menos um quinto do petróleo nigeriano parou de fluir desde 2006. (JACKSON, 2007). A Nigéria procurou ajuda internacional para amenizar sua crise no estado Delta, devido ao interesse mundial em ajudar nos efeitos ecológicos e no crime organizado. Precisaram recorrer à China, pois os EUA não conseguiam providenciar tanta ajuda devido aos problemas de direitos humanos e de instabilidade política na região. (JACKSON, 2007). O governo americano não estava disposto a ajudar os grupos militantes que governavam algumas áreas da região.

Diferentemente dos acontecimentos de genocídio em países africanos como Ruanda e Uganda, que não tiveram muita visibilidade, o Níger Delta passou a ter mais foco por causa do interesse das empresas multinacionais. (JACKSON, 2007). Os EUA, por exemplo, estão cada vez mais dependentes do petróleo nigeriano. De acordo com Jackson, “em 2010, os EUA importaram 20% do seu petróleo da Nigéria e (...) a tendência é que o país seja o segundo maior exportador de gás natural para o país”.²² As potências internacionais também estão interessadas em problemas como “degradação ambiental, terrorismo, crime, imigração e tráfico de drogas como ameaças transnacionais que precisam ser resolvidas o mais rápido possível – e isso significa também vencer os desafios na África que têm impacto na Grã-Bretanha ou na Alemanha” (Jackson, 2007).²³

²² “Already some 14 per cent of US oil imports come from West Africa; by 2010, it will be well over 20 per cent...On present trends Nigeria will be the world’s second biggest gas exporter by 2010.” (Tradução nossa)

²³ “External powers are also interested in Nigeria because they see issues such as environmental degradation, terrorism, crime, immigration and drug trafficking as transnational threats that must be addressed at source – and that

Percebe-se como a esfera pública nigeriana não está desenvolvida ou estável o suficiente para resolver seus problemas políticos. A instabilidade política e social e as subdivisões dentro do país resultam em uma falta de identidade e coesão nacional. O governo se torna uma mescla de ideias e instituições fracas para governar um país tão populoso que sofre até hoje com os efeitos do colonialismo. A desconfiança da população é um resultado de um processo lento e de pouco sucesso de transformar um país rico em recursos num país estável e desenvolvido. Para iniciar o processo é preciso primeiro ter legitimidade entre todos os povos dentro do país, o que evidentemente não aconteceu ainda. (OBADARE, 2013).

2.2. Religião e Política na Nigéria

A religião tornou-se profundamente entrelaçada à vida cotidiana do nigeriano após o governo militar. (OBADARE, 2013). A Nigéria é o país da África subsaariana com a maior população islâmica e o aumento da volatilidade dos princípios islâmicos no norte torna-se crucial para analisar a religião e a política do país. (OBADARE, 2013). Esta região implementou o código criminal *sharia*²⁴ que redefiniu o papel do Islã e o panorama político de alguns estados. (OBADARE, 2013). Neles, o direito islâmico é o corpo da lei já que não possuem a mesma legislação do governo central. Outra questão diz respeito às formas questionáveis de punição que geram controvérsia e revolta para os defensores dos direitos humanos e de programas sociais.

A Constituição nigeriana afirma que toda pessoa terá o direito à liberdade de religião, incluindo a liberdade de mudar sua religião e suas crenças. (OBADARE, 2013). O islã fundamentalista proíbe o que está escrito na Constituição, declarando que a mudança de crenças seria um convite à heresia. Outro problema citado pelo fundamentalismo seria a natureza secular da Constituição e da ordem política. (OBADARE, 2013). De acordo com os islâmicos fundamentalistas, o secularismo e o governo seriam uma extensão de conceitos cristãos. Já que o Estado foi criado pelos britânicos, ele seria um obstáculo que todo fiel precisaria remover e não seria, portanto, uma instituição legítima. (OBADARE, 2013).

means meeting the challenges in West Africa that have an impact on the streets of Britain or Germany.” (Tradução nossa)

²⁴ A sharia envolve diversos assuntos como crime, política e economia, além daqueles mais pessoais como higiene, modo de se portar, reza etc.

O fato do islamismo radical estar crescendo entre os jovens e o problema do governo em estar submetido ao fundamentalismo no norte é preocupante. (OBADARE, 2013). A propagação e o aprofundamento do fervor religioso em algumas universidades nigerianas acabam contribuindo para este crescimento. (OBADARE, 2013). Além disso, o fundamentalismo torna-se um problema para a esfera política do país, já que afeta os preceitos liberais e democráticos, uma vez que a religião e as ideologias impedem a construção da imparcialidade. (OBADARE, 2013). Quando se estabelece leis influenciadas pela religião elas se tornam verdades absolutas e não leis a serem interpretadas, o que enfraquece a política e a sociedade civil.

A influência religiosa na política resultou na perda progressiva da confiança no Estado como provedor do bem-estar e do desenvolvimento. A população procurava por uma alternativa para as instituições seculares corruptas que fracassaram e acabava se apoiando na religião. (OBADARE, 2013). A história política recente mostra uma situação onde igrejas e mesquitas tomaram conta do espaço estrutural, que normalmente seria ocupado pelo Estado. (OBADARE, 2013).

As organizações islâmicas e cristãs transferiram suas ideias religiosas para o espaço político, adaptando suas mensagens para representar os direitos de representação religiosa e étnica. Focando na linguagem constitucional para fazer demandas distributivas, os ativistas islâmicos expandiram o papel do islã dentro do governo. (KENDHAMME, 2013). Neste caso, não fizeram demandas em relação ao petróleo, mas sim ao espaço político necessário para administrar um sistema legal e controverso. (KENDHAMME, 2013).

Ativistas do *sharia* na Nigéria conseguiram usar o direito como forma de decretar políticas que restringem a igualdade entre os sexos e que oferecem poucos direitos de proteção aos membros mais vulneráveis da sociedade. (KENDHAMME, 2013). O sucesso do ativismo *sharia* seria impensável fora do contexto político nigeriano e observa-se que a falta de estrutura política e a democracia incerta e imperfeita acabam propiciando o surgimento de pensamentos radicais. (KENDHAMME, 2013). As demandas feitas pelos ativistas do *sharia* são feitas, portanto, em um debate maior que envolve a relação entre os direitos coletivos e os individuais no constitucionalismo nigeriano. (KENDHAMME, 2013).

A ameaça mais significativa da rivalidade religiosa é a violência. (JACKSON, 2007). O Islamismo e o Cristianismo são duas religiões que historicamente causaram conflitos em diversos

lugares da Nigéria – os muçulmanos dominavam o norte do país enquanto os cristãos ficavam no sul. Nas fronteiras étnicas, confrontos entre religiões rivais viraram uma ocorrência comum. (JACKSON, 2007). Isto tem um grande significado para o resto do mundo, pois existe a possibilidade da radicalização da religião islâmica aumentar e ser mais um motivo de preocupação, principalmente pela influência do Estado Islâmico estar crescendo nessas regiões turbulentas.

A emergência do Boko Haram, o grupo militante mais ameaçador e resiliente da Nigéria, no norte é fruto da instabilidade política do país. (AMUWO, 2010). Ele luta para derrubar o governo e criar um Estado islâmico, além de querer abolir a educação ocidental alegando ser perversa. O Boko Haram proíbe quaisquer envolvimento muçulmanos em atividades políticas na sociedade, incluindo votar em eleições, usar roupas ocidentais e receber uma educação secular. O grupo vê o Estado nigeriano como um país sendo governado por infiéis, mesmo que o presidente seja muçulmano.

O grupo militante causou diversos estragos no norte do país em 2009 com o objetivo de concretizar suas demandas e impor e espalhar o direito islâmico *sharia* para todo o território. (AMUWO, 2010). A segurança nacional conseguiu capturar e matar o líder do grupo, no entanto novos líderes acabaram emergindo. (AMUWO, 2010). Esta instabilidade demonstra a falta de governança na Nigéria, já que os governantes não conseguem providenciar o mínimo para sua própria população. A pobreza crônica acaba gerando revoltas e a falta de uma esfera pública eficiente resulta na inserção de famílias e crianças ao grupo.

De acordo com a Anistia Internacional, existem 2.000 crianças atualmente capturadas pelo grupo. Recentemente o Boko Haram foi condenado internacionalmente ao sequestrar 200 alunas, afirmando que iria usá-las como escravas, além de forçá-las a se casarem – uma referência à antiga crença islâmica de que mulheres capturadas em conflito são consideradas prisioneiras de guerra. (AMUWO, 2010).

2.3. O Papel das ONGs e a Proteção dos Direitos Humanos

A promoção e a proteção dos direitos humanos têm conseguido chamar a atenção da comunidade internacional, pois referem-se aos direitos que todos os seres humanos possuem por virtude de sua humanidade, como o direito da vida, a dignidade da pessoa humana, liberdade pessoal, julgamento justo, a liberdade de pensamento, consciência e religião. (DADA, 2012). É por

esta razão que grande parte das nações ao redor do mundo, incluindo a Nigéria, assinou os principais instrumentos desses direitos. No entanto, mesmo aderindo a estes tratados e tendo provisões constitucionais para a sua proteção, a governança nigeriana é caracterizada pela desconsideração desses direitos básicos e fundamentais. (DADA, 2012).

Os problemas institucionais do país têm origem na história colonial. O país sofre, até hoje, com uma economia estagnada e com a qualidade de vida em declínio, mesmo com todos os lucros provenientes da extração de recursos naturais. Isto é reflexo da “maldição do petróleo” que traz cada vez mais corrupção e governos autoritários. (KLIEMAN, 2012). Instituições internacionais e governos ocidentais têm defendido a transparência para tentar curar a maldição através de divulgações públicas de transações financeiras visando garantir mais responsabilidade do governo. (KLIEMAN, 2012).

Ao longo dos anos governos como o da Nigéria, que se provaram incapazes de proteger os direitos humanos, proliferaram e as organizações não governamentais emergiram no cenário internacional de forma a combater os problemas sociais e promover os direitos ambientais e humanos. Na década de 1990 a economia nigeriana estava em apuros e só conseguia se manter graças à produção e exportação do petróleo.

Todas as instituições públicas estavam obsoletas e os serviços sociais já tinham falidos por volta de uma década. (WRIGHT, 2002). O país se tornou uma das rotas principais de tráfico de drogas internacional e de lavagem de dinheiro. Além disso, o Estado se recusava a respeitar as normas internacionais éticas e legais na conduta de assuntos públicos. Mas mesmo sendo considerado um *rogue state*²⁵, a comunidade internacional continuou dando oportunidades para que o país se reintegrasse ao sistema mundial. (WRIGHT, 2002).

Em 1993 as ONGs passaram a ter interesse na Nigéria quando o General Sani Abacha assumiu o poder e ordenou a prisão de grupos que promoviam reformas democráticas no país. (WRIGHT, 2002). Quando o ambientalista Ken Saro-Wiwa²⁶ e mais oito ativistas foram

²⁵ Termo utilizados por alguns teóricos de relações internacionais que se refere aos Estados considerados uma ameaça ao sistema mundial.

²⁶ Membro do povo Ogoni, escritor, produtor e ativista ambiental. Foi presidente do movimento pacífico conhecido como *Movement for the Survival of the Ogoni People*, que liderava campanhas contra a degradação ambiental de sua terra natal (Ogoniland). Foi também um dos maiores críticos do governo nigeriano. Sua execução, em 1995, causou revolta mundial e levou a suspensão da Nigéria da Comunidade das Nações britânicas por um período de três anos.

executados pelo exército nigeriano as ONGs ficaram mais participativas em seus esforços para levar a reforma política à Nigéria. Houve uma tentativa de promover um embargo ao petróleo nigeriano, com a participação dos Estados Unidos e outros governos do ocidente, com o objetivo de fazer com que o regime militar voltasse sua atenção aos problemas sociais e ambientais da região. (WRIGHT, 2002).

A Anistia Internacional trabalhou fortemente com as demais ONGs para tentar impedir a prisão do ativista Saro-Wiwa e dos outros nigerianos. (WRIGHT, 2002). A coalizão, que teve a participação de outros países, ficou conhecida como *International Roundtable on Nigeria (IRTON)* e incluiu sete ONGs, incluindo o *Greenpeace* e a própria Anistia Internacional. (WRIGHT, 2002). A IRTON, na época, solicitou a ajuda do presidente Bill Clinton para intervir em nome dos ativistas e pedir clemência em seu nome. Tanto a IRTON quanto a *Earth Action* estabeleceram uma campanha internacional na mídia para que Saro-Wiwa fosse solto. (WRIGHT, 2002). A criação de um documentário e a atenção da mídia internacional fizeram com que os olhos do mundo se voltassem para os ativistas.

Todos os apelos da mídia e das ONGs passaram despercebidos. (WRIGHT, 2002). No dia 10 de novembro de 1995 Saro-Wiwa e todos os ativistas presos junto com ele foram executados por ordem do General Abacha. O IRTON tentou, então, promover um embargo ao petróleo nigeriano por meio do Congresso americano, mas não conseguiu sua concretização devido ao temor do Congresso e do presidente em piorar a situação social e política na Nigéria. (WRIGHT, 2002). O embargo foi pressionado pela *Earth Action* através de mobilizações e protestos ao redor do mundo, mas sem sucesso.

Porém as ONGs conseguiram que alguns países considerassem sanções econômicas contra o regime nigeriano. (WRIGHT, 2002). Embora elas não tivessem obtido êxito com o embargo, conseguiram documentar e reportar informações dos problemas sociais e políticos do país com base em estudos. Também conseguiram compartilhar essas informações com outras ONGs e, por pressão, obter atenção global dos problemas sociais do povo nigeriano. Graças à pressão das ONGs, os Estados Unidos e alguns outros países impuseram sanções diplomáticas contra o governo nigeriano.

As sanções mais efetivas feitas pelos Estados Unidos não estavam relacionados com a proteção dos direitos humanos. O país congelou empréstimos de bancos de desenvolvimento por

causa do papel nigeriano no tráfico de drogas. (WRIGHT, 2002). Em 1996 a administração Clinton propôs uma série de medidas, como congelar ativos nigerianos, para afetar os governadores sem danificar a economia.

No entanto, líderes da Grã-Bretanha, Alemanha e França não apoiaram a ação devido aos seus investimentos nas empresas petrolíferas que atuavam na Nigéria. (WRIGHT, 2002). A falta de interesse público nos Estados Unidos também levou ao desinteresse do Congresso americano em organizar um embargo internacional efetivo para tentar resolver os problemas sociais da Nigéria. (WRIGHT, 2002).

Devido à incapacidade de convencer os países ocidentais a aderir ao embargo, as ONGs mudaram sua estratégia para procurar obter um boicote internacional contra a *Royal Dutch Shell*. (WRIGHT, 2002). Elas tinham como objetivo demonstrar o envolvimento da *Shell* com o exército nigeriano e sua falta de interesse em ajudar a evitar a execução do Sara-Wiwa. O boicote visava uma limpeza das operações da *Shell* no Níger Delta e a compensação do povo Ogoni pelos danos feitos na região. (WRIGHT, 2002). As ONGs procuravam ajuda para barrar os negócios com as empresas nigerianas. Mirando empresas e indústrias-chaves que estavam envolvidas com violações graves de direitos humanos ou de degradação ambiental, as ONGs exerciam influência em outros atores não-estatais. (WRIGHT, 2002).

A *Shell* admitiu, então, que os esforços das ONGs estavam tendo êxito em relação à opinião pública. Entretanto, apesar das ONGs obterem efeito com a *Shell*, elas não conseguiam ter os mesmos resultados positivos com o regime militar na Nigéria que ficava mais determinado em se manter no poder. Mesmo sem conseguir o embargo citado anteriormente, as ONGs tentaram novamente, alegando que os Estados teriam uma responsabilidade moral contra a opressão na Nigéria. No entanto, apesar de seus esforços, os projetos de lei não passaram, novamente, pelo Congresso americano.

Alguns meses depois, o governo nigeriano libertou alguns presos políticos e houve eleição local para que o país voltasse a ter um governo civil. (WRIGHT, 2002). Porém, a situação mudou drasticamente quando o General Abacha morreu no mesmo ano. O IRTON declarou a sua intenção de manter a pressão sobre os governos e às empresas de petróleo operando na Nigéria, alegando haver pouca perspectiva de mudança com a morte do General Abacha.

Atualmente, assim como nos dias do regime militar, existem casos frequentes de execuções extrajudiciais, torturas sem justificativas por agentes de segurança, problemas com a liberdade de imprensa e discriminação contra mulheres. (DADA, 2012). O governo continua mostrando tendências autocráticas e ergue uma cultura de impunidade marcada por desobediências regulares das ordens judiciais. (DADA, 2012).

O fraco sistema político também tem impacto na defesa dos direitos humanos, porque sofre com uma crise complexa que não tem previsão para melhorar. Além disso, os altos níveis de analfabetismo e pobreza, o colapso de infraestruturas sociais, a instabilidade política em diversas regiões do país e a constante intervenção militar são reflexos dos problemas que acabam limitando em muito qualquer tentativa de melhoria na situação da Nigéria. (DADA, 2012).

O país é manchado por sua instabilidade política e pela falta de uma esfera pública representativa do seu povo. Sua independência não solucionou seus diversos problemas sociais e políticos resultantes de seu fraco sistema político. As várias etnias dentro do país também são causa da fraqueza política, devido a incapacidade do Estado em representar todos os povos. Dentro das várias etnias há também o problema de religião entre os povos e suas consequências que se refletem na população cristã e islâmica que vivem em regiões diferentes do país. O aumento do extremismo islâmico no norte da Nigéria é reflexo da incapacidade da atuação do governo, pois a população prefere depender da religião do que ter que depender dos governantes, resultando em um maior envolvimento da religião na política. Ademais, o país despertou interesse global através das ONGs que procuravam impedir a violação dos direitos humanos afetada pelos efeitos das ditaduras militares na região.

3. A SHELL E O NÍGER DELTA

A *Royal Dutch Shell* é uma das empresas multinacionais com mais poder e influência na Nigéria e o Níger Delta, por ser uma área com abundantes reservas de petróleo, naturalmente acaba atraindo muitos investimentos e instalações estrangeiras. Este capítulo visa analisar a relação entre a *Shell* e a população local do Níger Delta, além de examinar os problemas de instabilidade que afetam a região. As grandes dificuldades são atribuídas, principalmente, à falta de governança e à falta de transparência entre as relações do governo com as corporações internacionais – incluindo a *Shell*. Finalmente, também serão exploradas as consequências dos efeitos ecológicos na região, resultado da exploração desenfreada, que afetam a população de forma sistemática e negativa.

3.1. A Shell e a População Local do Níger Delta



Fonte: www.stratfor.com²⁷

²⁷

Fonte: < <https://www.stratfor.com/image/niger-delta> > Acesso em: 07 de Maio de 2015.

O Níger Delta é o delta do rio Níger no Golfo da Guiné no Oceano Atlântico²⁸, densamente povoado e rico em petróleo. A região possui 31 milhões de pessoas, caracterizada por mais de 40 grupos étnicos e 250 dialetos. As primeiras operações petrolíferas começaram nos anos 1950 e foram realizadas por corporações multinacionais que forneciam a tecnologia e os recursos financeiros para extrair o petróleo. (PEARSON, 1970). Desde 1975 a região corresponde a mais de 75% das receitas nigerianas, sendo que a extração de óleo e gás natural, sozinha, corresponde a 97% destas receitas. (AIP, 2009). A principal companhia responsável pela extração é a *Shell Petroleum Development Company of Nigeria Ltd.*, uma *joint-venture* comandada pelo governo nigeriano. A área tem sido centro de controvérsia internacional pela devastação ecológica e pela cleptocracia²⁹, além de violações aos direitos humanos na qual a *Royal Dutch Shell* tem sido o maior alvo de críticas. (AGBONFIO, 2009).

A região do Níger Delta foi impulsionada para o cenário internacional graças ao petróleo abundante na região, onde se verifica o envolvimento de 11 empresas estrangeiras, incluindo *Shell*, *Chevron*, *Texaco* e *Agip*. De todas as receitas acumuladas desde o início da extração até 2005, estima-se que 600 bilhões de dólares foram acumulados pelo país. (AGBONFIO, 2009). O maior produtor de petróleo da região é a *Shell Company*, que através de uma *joint-venture*³⁰ trabalha com a *Shell Nigeria* para extrair o recurso no Níger Delta. (LIVESEY, 2001). “Em 1995, a *Shell Nigeria* representou cerca de 14% da produção total da *Shell Company*, enquanto o governo nigeriano teve 80% da sua receita federal e 90% de suas divisas de royalties e impostos fornecidos por empresas petrolíferas multinacionais”. (Livesey, 2001).³¹

Entretanto, mesmo com todos esses números, metade da população local do Níger Delta não tem acesso aos benefícios, como eletricidade, decorrentes da exploração. Em 1994 somente um terço da população tinha acesso à água potável. Além disso, o Níger Delta possui índices de desenvolvimento muito abaixo da média nacional. (AGBONFIO, 2009). De acordo com o *World*

²⁸ C. Michael Hogan. "Niger River", in M. McGinley (ed.), *Encyclopedia of Earth*, Washington, DC: National Council for Science and Environment, 2013.

²⁹ Quando o Estado de Direito é substituído, ficando nas mãos de indivíduos que se apropriam do poder público visando transformá-lo em valor econômico.

³⁰ Ocorre quando empresas se associam com fins lucrativos e têm como objetivo a exploração de um determinado negócio.

³¹ “In 1995, SPDC accounted for about 14% of the Shell Group's total oil production worldwide, while the Nigerian government derived 80% of its federal revenues and 90% of its foreign exchange from royalties and taxes provided by multinational oil companies.” (Tradução nossa)

Bank, “a região é a que tem menos desenvolvimento do país em termos de infraestrutura social e instalações modernas”. (Agbonfio, 2009).³² Dessa forma, observa-se um paradoxo. Ao mesmo tempo em que a região traz enormes ganhos econômicos para o governo federal, existe muito pouco retorno para a população.

A *Royal Dutch Shell* é uma empresa multinacional com sede na Holanda e escritórios na Grã-Bretanha, com subsidiárias em vários países. É uma das empresas mais valiosas do mundo e opera em mais de 90 países, além de estar a mais de 100 anos no mercado. Ela atua em todas as áreas de petróleo e gás, desde o refinamento até o marketing e a distribuição. Segundo a própria *Shell* a empresa tem mais de 50 anos de história na Nigéria e é a mais influente de todas as empresas internacionais de gás e petróleo no país.³³ Seus princípios fundamentais são: honestidade, integridade e respeito pela pessoa humana. Além disso, as empresas da *Shell* são as maiores contribuidoras para a economia nigeriana, não só através da energia que elas produzem e com as receitas que elas geram para o país, mas também pelas cadeias de abastecimento e pelos investimentos sociais.³⁴

Hoje as empresas da *Shell* produzem petróleo e gás natural oriundos da terra e dos pântanos no Níger Delta e de plataformas marítimas em águas profundas. A empresa opera na maior planta de gás natural do país, exportando seu recurso para todo o mundo. Ainda de acordo com a *Shell*, a empresa desempenha um papel fundamental para ajudar a atender a demanda internacional de energia de forma social e ecologicamente responsável, argumentando que suas empresas procuram uma variedade de investimentos e projetos sociais, com foco na comunidade, na educação e na saúde, financiando a iniciativa de desenvolvimento na região.

No entanto, apesar de todas as alegações de investimento e desenvolvimento da região, observava-se a visão negativa que a população local conferia à empresa. (AGBONFIO, 2009). A cleptocracia e a falta de transparência das operações entre empresas petrolíferas com os governos locais eram um fator para a carência existente em relação ao povo local e aos efeitos devastadores no meio ambiente que causaram grandes problemas nocivos, afetando os povos que dependiam dos

³² “The region is the least developed part of the country in terms of social infrastructure and modern facilities.” (Tradução nossa)

³³ Disponível em: <<https://www.shell.com.ng/aboutshell/at-a-glance.html>>. Acesso em abril, 2015.

³⁴ Disponível em: <<https://www.shell.com.ng/aboutshell/at-a-glance.html>>. Acesso em abril, 2015.

recursos naturais para sua sobrevivência. (OMOTOLA, 2009). Além disso, a população também possuía um senso de injustiça pela falta de estrutura da região. Mesmo com a assistência oferecida pelas corporações multinacionais o povo viu-se profundamente prejudicado. (AGBONFIO, 2009).

Protestos locais contra a *Royal Dutch Shell* se internacionalizaram, chamando a atenção de pessoas e grupos de ativistas ao redor do mundo como o *Greenpeace* e a *Amnesty International*. (AGBONFIO, 2009). Surgiu o *Movement for the Survival of Ogoni People* (MOSOP)³⁵ que se mobilizou para protestar contra as ações da empresa. O governo nigeriano combateu os protestos com muita violência tentando contê-los para que não atingissem escala maior em outras comunidades petrolíferas. (AGBONFIO, 2009).

A ação tomada pelo governo simbolizou o efeito negativo da presença da *Shell* na região, pois ela foi acusada de apoiar o regime militar repressivo da Nigéria. (LIVESEY, 2001). A empresa alegou ter tentado resolver o problema com diplomacia, mas os críticos argumentavam que a *Shell* não tinha feito o suficiente para conter o problema. Grupos de direitos humanos e organizações que protegem o meio ambiente criticaram severamente a postura da empresa, o que levou a protestos em massa na sede da *Shell* em Londres pedindo o boicote à companhia, além de mais transparência nas suas operações no Níger Delta. (LIVESEY, 2001).

A empresa passou, então, a ter um discurso mais focado no diálogo, demonstrando que se importava com os problemas ecológicos e sociais da região. Priorizando a mudança na imagem internacional, queria tirar o estigma negativo e procurava ser vista como possuidora de moral e sentimento. (LIVESEY, 2001). A postura da *Shell* na Nigéria se transformou e a companhia se dedicou a fazer planos para administrar e suavizar os problemas ecológicos. (LIVESEY, 2001). A *Shell* também ampliou sua contribuição para aprimorar suas instalações na região objetivando minimizar os impactos de suas atividades futuras. Houve mudança também na estrutura da própria *Shell*, que alterou seus *General Business Principles* e suas políticas em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente. Livesey argumenta que a mudança mais significativa foi a transformação da cultura tradicionalmente confidencial de suas práticas.

O aumento de transparência, junto com a ênfase no diálogo, ajudou a *Shell* a combater os argumentos de seus críticos. (LIVESEY, 2001). A empresa passou a ouvir as reclamações em

³⁵ Movimento social organizado pelo povo Ogoni, originário da região central do Níger Delta. Foi criado como forma de denunciar as violações sociais e ambientais feitas pelas companhias petrolíferas.

relação às suas atividades e a considerar as opiniões dos seus parceiros políticos e econômicos. A velha *Shell* “decidia, anunciava e entregava” e a nova *Shell* “dialoga, decide e entrega”. (Livesey, 2001). Além disso, também aumentou e promoveu novas formas de diálogo e comunicação, como sites e fóruns dedicados ao debate sobre a Nigéria, atividades sociais e outras questões importantes. (LIVESEY, 2001).

3.2. Instabilidade Política e a Shell

A instabilidade política tem sido um dos maiores problema em grande parte dos países pós-coloniais, especialmente nos países da África subsaariana. (FRYNAS, 1998). Uma das funções mais importantes do Estado pós-colonial, de acordo com Amuwo, seria a formação da classe social, sendo que o Estado teria um papel crítico nesta promoção. O Estado também seria o órgão mais procurado pelas elites uma vez que, através dele, seria possível obter controle e o direito à dominação. O poder político seria a rota mais fácil e significativa para garantir poder econômico e a competição pelo seu controle faria com que as diversas facções se virassem umas contra as outras resultando em conflitos generalizados. (AMUWO, 2010).

Como ocorreu em vários outros países africanos, as fronteiras nigerianas foram estabelecidas sem considerar as antigas fronteiras étnicas e as tensões resultaram numa guerra civil, poucos anos após o país se tornar independente. Além das disputas étnicas, o sul do país era de predominância cristã, enquanto o norte era dominado pelo islã. O Estado Biafra, ao sul, declarou-se independente, mesmo sendo reconhecido por apenas quatro países. (UCHE, 2008). Isto teve um efeito drástico na produção de petróleo da Nigéria, que tinha diversas operações na região. O governo federal, então, impôs sanções à nova república, conseguindo apoio internacional de países como os EUA e a Grã-Bretanha.

O Estado Biafra procurou as empresas petrolíferas que atuavam dentro de suas fronteiras de forma a conseguir *royalties* sobre o petróleo, para garantir a economia de seu país. A *Royal Dutch Shell* consentiu aos pedidos, fazendo com que o governo federal implementasse um embargo ao petróleo da região separatista. (UCHE, 2008). A Grã-Bretanha, por sua vez, ficou ao lado do governo federal nigeriano, pois era de interesse dela acabar com o conflito para garantir as operações de petróleo no país já que a Nigéria produzia o recurso à baixo custo e de alta qualidade.

Dessa forma, os britânicos priorizaram a proteção de suas instalações de extração e suas operações de refino. A *Royal Dutch Shell* decidiu, então, apoiar o governo federal nigeriano, apenas pedindo cuidado com as suas instalações no leste do país. O receio de suas operações serem canceladas no Estado Biafra e substituídas por uma empresa nacional, fez com que a *Shell* ajudasse a financiar o governo nigeriano, adiantando seus pagamentos de *royalties* ao governo federal durante a guerra.

Segundo Amuwo o Estado nigeriano usaria o capital transnacional, estabelecendo e aumentando as condições de acumulação sobre os capitais domésticos e estrangeiros, de forma a obter reformas populares e importantes mudanças. Neste contexto, no qual o poder reside em grandes empresas e na dependência do investimento externo, o Estado perderia certo grau de autonomia, pois quanto mais o Estado necessita de ajuda, maior é o seu nível de dependência. E quando a corporação ganha este poder o Estado acaba perdendo domínio sobre áreas em seu próprio território.

As atividades da *Shell* despertam interesse por estarem sendo efetuadas em uma área de alto risco. A Nigéria é considerada um país instável e “altamente desfavorável para negócios.” (FRYNAS, 1998). De acordo com o autor, “três de quatro firmas inglesas não investiriam na Nigéria.”³⁶ No entanto, curiosamente a *Shell* não só investiu como também expandiu seus investimentos na região e o país sozinho era responsável por 12% de todos os seus lucros da empresa. (FRYNAS, 1998).

Os altos lucros obtidos pela *Shell* podem ser atribuídos à instabilidade política da região. Com a condição de vulnerabilidade do governo nigeriano, a política passou a ser mais favorável ao lucro privado. Em tempos de instabilidade o governo visava gerar mais lucro para as empresas multinacionais para manter o investimento externo das corporações para o Estado. (FRYNAS, 1998). O autor argumenta, ainda, que quanto maior a instabilidade interna, a tendência é que as taxas para o investimento externo na região diminuam. (FRYNAS, 1998).

O interesse da *Shell* na região também pode ser atribuído à conexão íntima entre a empresa e o Estado nigeriano. A possibilidade de extrair petróleo a custos baixos e sem responsabilidade ambiental deriva-se dos laços da companhia com o governo militar. (FRYNAS, 1998). Os grupos da classe alta, os governantes militares e o setor empresarial se beneficiavam do recurso, então

³⁶ “...three in every four English firms did not invest in Nigeria.” (Tradução nossa)

seria natural a existência de uma relação amigável entre eles. (FRYNAS, 1998). Um dos exemplos consiste no gerente da *Shell*, chamado Ernest Shonekan, ter se tornado chefe de Estado por um ano, em 1993. (FRYNAS, 1998). Além disso, Okuntimo foi um dos líderes militares que arriscou tudo para proteger as instalações petrolíferas da *Shell*. Ele enviou policiais com o objetivo de matar 80 pessoas acusadas de planejar um ataque que nunca aconteceu de fato. (FRYNAS, 1998).

A instabilidade política, porém, também trouxe vários problemas para a operação da *Shell*. Dentre eles estão os relacionados ao financiamento, os conflitos locais e o processo de assinatura de contratos. De todos o mais grave é o problema de financiamento que afeta a produção quando os valores corretos não são providenciados, o que diminui a escala da extração de petróleo e causa divergências quanto à produtividade. (FRYNAS, 1998). Outra questão importante em relação ao financiamento seria a alocação inadequada das contribuições do Estado, uma vez que todas as seis principais produtoras de petróleo operam por meio de *joint ventures* com o governo nigeriano e elas poderiam ser afetadas diretamente com o problema. (FRYNAS, 1998).

Os conflitos locais são outra barreira grave para as atividades da *Shell* no Níger Delta. A produção da empresa caiu de forma significativa devido aos conflitos internos do país. (FRYNAS, 1998). Os protestos do povo Ogoni afetaram drasticamente a produção de petróleo devido às greves e rebeliões (AGBONIFO, 2009) e, como consequência, ocorreram várias suspensões na *Shell*. A corporação, em 1997, contabilizou uma “perda de 67 dias úteis para distúrbios comunitários”. (Frynas, 1998).³⁷ Além disso, houve muitos danos atribuídos à sabotagem, feitas por comunidades locais, que também afetaram as produções.

Percebe-se como os projetos de grande escala e o lucro total da *Shell* foram afetados pela instabilidade política. Mudanças frequentes de trabalhadores e de políticas causaram atrasos significantes para a empresa. (FRYNAS, 1998). Vários financiamentos externos no país também foram retirados devido aos problemas internos. (FRYNAS, 1998). Os efeitos da turbulência política do país podiam ser vistos com base nos prejuízos obtidos pelas companhias que investiam na região, pois várias empresas petrolíferas, incluindo a *Shell*, anunciaram cortes nos gastos operacionais como consequência da falta de vontade do governo nigeriano de pagar seus financiamentos. (FRYNAS, 1998).

³⁷ “...a loss of 67 work days caused by community disturbances.” (Tradução nossa)

Dessa forma verifica-se que a *Shell* obteve efeitos tanto negativos como positivos em relação à população local e ao governo federal, respectivamente. A empresa lucrou com o governo e, ao mesmo tempo, foi prejudicada pela população a partir de protestos e sabotagens. Conclui-se então que a instabilidade política é uma faca de dois gumes, podendo trazer prejuízos e benefícios. Ela pode trazer um lucro maior devido a dependência, mas também traz consigo problemas, estes derivados dos trabalhadores locais que se rebelavam por não se beneficiarem com a prosperidade que a extração dos recursos deveria proporcionar. (FRYNAS, 1998).

3.3. Problemas Ecológicos na Região

O Níger Delta abriga inúmeras espécies de primatas e pássaros raros, com um ecossistema abundante e rico em recursos naturais. (KONN, 2014). No entanto, com a prioridade baseada na busca pelo desenvolvimento, o governo local e as corporações acabaram botando os problemas ecológicos em segundo plano. (OMOTOLA, 2009). Anos de atividades petrolíferas e de combustão de gás natural contribuíram para a degradação ambiental, resultando em impactos negativos também para a população local, pois a poluição impossibilitava a agricultura e a pesca, que eram uma fonte de sobrevivência desde muitos anos. (OMOTOLA, 2009). A exploração desenfreada da *Shell* acabou ameaçando um dos lugares mais ecologicamente sensíveis do mundo, além da queima de gás contribuir em muito para o avanço do aquecimento global.

Somente na região do Níger Delta ocorreram, entre 1982 e 1992, “40% de todos os derramamentos da *Shell* pelo mundo.” (Livesey, 2001).³⁸ No entanto, estes dados são providenciados pelo governo e analistas temem que o número real de derramamentos seja 10 vezes maior. (OMOTOLA, 2009). O povo Ogoni, natural da região, foi alvo direto dos problemas causados pelos danos ecológicos. As indústrias petrolíferas submeteram o povo indígena aos estragos profundos de recursos vitais, preciosos para sua sobrevivência, e a poluição em massa causou destruições difíceis de serem revertidas. (KONN, 2014).

A combustão de gás também tem sido um problema grave e tem causado constante preocupação na região por ser extremamente prejudicial não somente para o meio ambiente e para a qualidade do ar, mas também para a saúde da população local, ocasionando problemas como dor de cabeça, no coração, mal-estar e irritação, além de danificarem recursos ambientais, terras

³⁸ “40% of Shell's total spills worldwide had been in Nigeria.” (Tradução nossa)

agrícolas e rios. (OMOTOLA, 2009). Os níveis são enormes se comparados com a porcentagem de combustão feita em outros países. Omotola afirma que em 1991, 76% da produção de gás foram queimados na Nigéria, enquanto 0.6%, 0.0%, 4.3%, 1.5%, 5.0%, 21.0%, 20.0% e 19.0% foram queimados em países como EUA, Holanda, Grã-Bretanha, URSS, México, Líbia, Arábia Saudita e Argélia durante o mesmo período. (OMOTOLA, 2009)

O riacho Bodo na costa do Níger Delta foi vítima dos efeitos do derramamento em 2008. (PEGG e ZABBEY, 2013). Estima-se que 80% da população local eram de pescadores ou dependiam diretamente da água, e a venda de pescados cultivava o crescimento e o estilo de vida dos habitantes locais. (PEGG e ZABBEY, 2013). Entretanto, áreas extensas de mangue sobre riachos sofreram mortalidade absoluta e vários crustáceos e peixes uados diariamente não conseguiram sobreviver, sendo que estas espécies providenciavam recursos econômicos, culturais e alimentícios. (PEGG e ZABBEY, 2013). Como consequência a pesca acabou sendo abandonada, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores locais.

A população tentou obter representatividade através de protestos contra as ofertas baixas de compensação. Também tentou, através de investigações dos derramamentos de petróleo, receber pelo menos uma porcentagem da extração do recurso. (PEGG e ZABBEY, 2013). De acordo com autores o método mais eficiente teria sido quando 11.000 residentes do Bodo se juntaram para processar a *Royal Dutch Shell* perante a corte britânica. (PEGG e ZABBEY, 2013). Porém, até hoje, a comunidade não conseguiu reverter os danos causados pela multinacional e não houve nenhum projeto para iniciar a restauração ecológica da região. Os problemas causados pelo petróleo em 2008 foram devastadores e vão continuar sendo até que o meio ambiente seja restaurado e limpo. (PEGG e ZABBEY, 2013).

O *United Nations Environment Programme* (UNEP)³⁹ conduziu uma pesquisa para analisar os danos ecológicos na região. (KONN, 2014). Foi concluído que os danos são amplos e severamente afetam múltiplas áreas do meio-ambiente, além de destruir a vegetação local e os rios, forçando os pescadores a se realocarem para sobreviver. (KONN, 2014). A respeito da saúde

³⁹ Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA): agência da ONU especializada em coordenar as atividades relacionadas ao meio-ambiente e oferecer auxílio aos países em desenvolvimento na adoção de políticas e práticas sustentáveis.

pública, a pesquisa concluiu que o povo Ogoni estava com a contaminação “a níveis 900 vezes acima do recomendado pela *World Health Organization*⁴⁰” (Konn, 2014).⁴¹

Normas internacionais de extração de petróleo visam proteger o local onde a extração ocorre. A *Shell*, por ser uma empresa de escala internacional, conhece esses procedimentos e as normas mínimas que precisam ser seguidas, como a “utilização de projetos robustos, como tubos mais resistentes e à prova de sabotagens, e sistemas mais avançados de detecção de vazamentos”. (Konn, 2014)⁴². Segundo Konn “as empresas precisam fazer todo o esforço para detectarem e pararem o derramamento o mais rápido possível”⁴³, no entanto, percebe-se que a *Shell* não investiu tanto na segurança ambiental nigeriana, pois as ações não eram regulamentadas pelo governo.

A empresa alegava que grande parte dos acidentes petrolíferos era causada por roubos e sabotagens feitos pelo próprio povo local, numa tentativa de desviar o foco da atenção. Entretanto, mesmo com essas ações, a responsabilidade de proteger as instalações continuava sendo da *Shell*. Ademais, a falta de regulação independente feita pelo Estado nigeriano possibilitava que a *Shell* fabricasse seus próprios dados, o que deixa evidente que nunca poderá haver uma pesquisa sobre a veracidade dos dados divulgados pela empresa. (KONN, 2014). Além disso, as violações persistentes da empresa também podiam ser atribuídas à falta de punições mais severas pelo governo. Sem consequências maiores, as corporações internacionais não teriam incentivos para respeitarem o meio ambiente (KONN, 2014).

Dessa forma, a degradação ambiental tem sido alvo de críticas em relação ao governo nigeriano e às corporações, que contribuíram muito pouco para a manutenção ecológica da região. Para o autor, a única solução seria a criação de uma empresa petrolífera com administração indígena. Esta empresa seria parte do povo Ogoni e seria estabelecida em Ogoniland, onde eles poderiam trabalhar juntos com o governo para maximizar os lucros obtidos, além de fiscalizarem melhor as atividades da empresa, diminuindo e prevenindo os danos ao meio-ambiente. (KONN, 2014).

⁴⁰ Organização Mundial de Saúde (OMS): agência da ONU, fundada em 1948, especializada na saúde pública mundial.

⁴¹ “...at levels over 900 times above the World Health Organization (WHO) guideline.” (Tradução nossa)

⁴² “Such measures include using robust design factors, such as thicker-walled pipes, sabotage-resistant pipe specifications, deeper-buried pipeline segments, and enhanced leak detection systems.” (Tradução nossa)

⁴³ “Companies must make every effort to detect and stop a spill as quickly as possible.” (Tradução nossa)

A atuação da *Shell* teve influência direta no país devido a importância da sua atuação no Niger Delta. Sendo a pioneira de investimentos na região, a empresa teve relevância no governo nigeriano, até mesmo durante a guerra pela Biafra. A população local teve uma relação negativa em relação à empresa devido aos altos lucros obtidos pelo governo e ao pouco retorno dado ao povo. Isto resultou em um grande número de protestos e atentados contra a empresa.

A instabilidade política também teve seus efeitos na *Shell*, dificultando as suas operações e contribuindo para evidenciar os problemas existentes, como a falta de transparência entre o governo e a empresa. Além disso, as consequências da atuação da *Shell* e da falta de governança foram drásticas para o meio-ambiente. Os níveis altíssimos de poluição causaram diversos danos para a população local dependente de recursos naturais para sua sobrevivência, resultando em mortes e na evacuação em massa da região, ressaltando os problemas sociais e políticos do país.

CONCLUSÃO

Os efeitos do colonialismo no Estado nigeriano são incontestáveis. A fragmentação política ocorrida na era colonial continua tendo efeitos até hoje. As instituições implementadas pelo governo britânico eram frágeis e não conseguiram representar todas as etnias da Nigéria. Sendo o país mais populoso da África, a origem de seus problemas políticos e sociais vem da colonização, além da incapacidade do país em conseguir se unificar após a exploração.

A independência não solucionou os problemas graves do país e resultou em uma guerra civil violenta e longa. A unificação do país e o estabelecimento de uma Constituição Federal tiveram dificuldades de ser legitimadas devido aos governos militares que assumiram o poder após a guerra. As várias tentativas de estabelecer um governo democrático falharam devido a fragilidade do Estado instituído durante e após seu processo colonial. Os altos níveis de corrupção e a falta do governo de providenciar os recursos mais básicos para a sua população causam um impasse para o desenvolvimento social e político do país. E este obstáculo dificulta a melhoria do país e a democratização do governo central. E as instituições políticas fracas e a falta de execução das leis constitucionais pioram ainda mais a situação.

Os longos anos de regimes militares e de autoritarismo que foram estabelecidos com tanta facilidade são um resultado de um Estado democraticamente inexperiente e imaturo. Os laços do país com sua ex-colônia exploradora dificultou seu desenvolvimento natural da criação de um novo Estado. As inúmeras divisões étnicas dificultam a legitimidade do governo, retardando mais o processo de *nation building*. Além da divisão étnica criada pelas fronteiras feitas pelos britânicos que não conheciam a região, existem também divisões entre as diversas religiões. O islamismo no norte e o cristianismo no sul são efeitos do pós-colonialismo, tendo em vista que os britânicos impuseram sua religião predominante em seu país na sua nova colônia.

A *Royal Dutch Shell* investiu em operações no país quando uma abundância de petróleo foi encontrada na região do Níger Delta. Seus investimentos renderam muito lucro para a empresa e ajudaram muito pouco a população local. Os danos causados pela *Shell* ultrapassaram os danos sociais, pois também contribuíram para sérios problemas ambientais. Além disso, o envolvimento da *Shell* com algumas entidades políticas acabou influenciando sua atuação na região. Líderes

políticos e a corporação não tinham quase nenhuma transparência em suas negociações e as operações da *Shell* acabaram causando revoltas, principalmente do povo Ogoni que repudiava o envolvimento da corporação no país.

Os problemas sociais e políticos da região são, portanto, caracterizados por subdivisões políticas e a falta de uma esfera pública eficiente. As divisões étnicas, heranças do colonialismo, dificultam o processo de *nation building* do Estado que continua tendo áreas que não aceitam a legitimidade do governo central. Levar em consideração a diversificação étnica facilita a compreensão do papel da religião nos diversos povos, uma vez que o aumento de grupos fundamentalistas e radicais é resultado da falta de governança em locais de extrema pobreza.

Já o papel das ONGs na Nigéria é marcado pela dificuldade em convencer países a aderir ao embargo de petróleo e à adoção de sanções mais duras. Embora não tenha tido sucesso em nível estatal, teve sucesso na mobilização de pessoas em escala global para a causa no país. As ONGs procuravam representar o povo Ogoni em sua luta pelos seus direitos e através da mídia internacional e documentários, elas conseguiram apresentar os problemas enfrentados pelos nigerianos para todo o mundo.

Os povos locais que não tinham representação governamental nem interesses de outros países passaram a ser vistos ao redor do mundo através de documentários e filmes publicados por diversas organizações interessadas na causa. Isto também despertou interesse de vários países do ocidente, que embora não tivessem efetuado muitas sanções mais duras, botaram forte pressão no governo nigeriano. A mobilização pela manutenção dos direitos humanos na região trazida pelas ONGs refletiu na política externa do país, uma vez que o governo negava as infrações e afirmava que as prisões e mortes dos críticos eram justificadas pelas leis do país.

Existe uma expectativa para saber o que vai acontecer com o país no futuro, já que ele está em sua Quarta República e possui uma Constituição relativamente nova. Resta ver se é possível reverter os danos causados pelo seu passado colonial e observar se é possível o desenvolvimento econômico e político tendo raízes tão profundas com seu país colonizador. O país mais populoso da África terá que se espelhar em outros casos parecidos de exploração e colonização em seu continente, com resultados semelhantes e instabilidade política e social impedindo seu desenvolvimento, para que possa se recuperar.

A variedade de recursos poderá ajudar na economia nigeriana, porém é necessário que o país se desvincule dos interesses estrangeiros e tente estabelecer um sistema político próprio e eficiente. Ao passar do tempo o Estado terá mais maturidade e legitimidade para governar e representar seu povo de forma justa. A *Royal Dutch Shell* é apenas um dos vários casos de investimento externo de empresas multinacionais no país e é possível que a empresa, no futuro, venha satisfazer mais as necessidades dos habitantes locais, levando em consideração a atuação de agentes externos (ONGs e demais países) que, atualmente, dão mais valor à questão dos direitos humanos e do meio ambiente.

A falta de infraestrutura própria para a extração de seus recursos dificulta a total independência do país, que precisa de investimentos estrangeiros para usufruir de seus próprios recursos. Com o desenvolvimento econômico e social, o país poderá ter êxito na legitimidade do governo. A política atual do país continua tendo os mesmos problemas dos antigos regimes, porém o país conseguiu manter eleições democráticas pelo maior período de sua história. Espera-se que a cultura da negatividade e a incapacidade de representar a população de forma justa seja revertida ao longo dos anos em sua nova era democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEBANWI, Wale; OBADARE, Ebenezer. Introducing Nigeria at fifty: the nation in narration. *Journal of Contemporary African Studies*. Vol. 28, No.4, Oct 2010.

ADUNBI, Omolade. Oil and the Production of Competing Subjectivities in Nigeria: "Platforms of Possibilities" and "Pipelines of Conflict". *African Studies Review*, Vol. 54, Issue 3, p101-120.

AGBONIFO, John. Oil, Insecurity, And Subversive Patriots In The Niger Delta: The Ogoni As Agent Of Revolutionary Change. *Journal of Third World Studies*, Vol. XXVI, No. 2, 2009.

AMUWO, Adekunle. Between elite protectionism and popular resistance: The political economy of Nigeria's fractured state since juridical independence. *Journal of Contemporary African Studies*, Vol. 28, No. 4, Oct 2010.

APIIAH, Kwame Anthony. In My Father's House: Africa in the Philosophy of Culture. New York: *Oxford University Press*, 1992.

ASIEDU, Elizabeth. The effect of the liberalization of investment policies on employment and investment of multinational corporations in Africa. *African Development Bank*, Journal compilation. p. 49-63, 2008

BAH, Abu Bakarr. Approaches to Nation Building in Post-Colonial Nigeria. *Journal of Political and Military Sociology*, Vol 32, No. 1, 2004.

CHARLE, Edwin. English Colonial Policy and the Economy of Nigeria. *American Journal of Economics & Sociology*, July, 2006.

DADA, Jacob Abiodun. Impediments To Human Rights Protection In Nigeria. *Annual Survey of International & Comparative Law*, 2012.

DIPPENAAR, Adriaan. What Drives Large South African Corporations To Invest In Sub-Saharan Africa? CEO's perspectives and implications for FDI policies. United Nations, *Natural resources forum* (33). p. 200-210, 2009.

DOWNS, Jim. Sick from Freedom: African-American Illness and Suffering during the Civil War and Reconstruction. *Oxford University Press*. May 14, 2012.

EKECHI, Felix. The Consolidation of Colonial Rule, 1885–1914. In *Colonial Africa, 1885–1939*, Carolina Academic Press, Durham, vol. 3 of Africa, ed. Toyin Falola, 2002.

EGBE, Olawari. Oil Multinational Corporations (MNCs) and Dislocations in Oil Fence-line Communities in the Niger Delta, Nigeria. *Journal of Alternative Perspectives in the Social Sciences*, Vol. 4, Issue 3, Aug. 2012.

FRYNAS, Jędrzej George. Political instability and business: focus on Shell in Nigeria. *Third World Quarterly*, Vol. 19, Issue 3, Sep. 1998.

FRYNAS, Jędrzej George. The false developmental promise of Corporate Social Responsibility: evidence from multinational oil companies. *International Affairs*, Vol. 81, Issue 3, May 2005.

HALSALL, Paul. Summary of Wallerstein on World System Theory. *Modern History Sourcebook*, Aug. 1997.

HENDRICKSON, Roshen. Adjustment in the Role of the Overseas Private Investment Corporation (OPIC) in Sub-Saharan Africa. *Africa Today*, Vol. 58, Issue 4, Summer 2012.

IKELEGBE, Augustine. Encounters of insurgent youth associations with the state in the oil rich Niger Delta region of Nigeria. *Journal of Third World Studies*, Vol. 22, Issue 1, Spring 2005

IWERIEBOR, Ehiedu E. G. "The Psychology of Colonialism." In *The End of Colonial Rule: Nationalism and Decolonization*. Carolina Academic Press, Durham, Vol. 4, Toyin Falola, 2002.

JACKSON, Ashley. Nigeria: A Security Overview. *The Round Table*, Vol. 96, No. 392, 587–603, Oct. 2007.

KAHIN, George McTurnan. *The Asian-African Conference: Bandung, Indonesia*. Cornell University Press, Ithaca, Apr. 1955.

KENDHAMMER, Brandon. Islam and the Language of Human Rights in Nigeria: "Rights Talk" and Religion in Domestic Politics. *Journal of Human Rights*. 2013.

KLIEMAN, Kairn A. U.S. Oil Companies, the Nigerian Civil War, and the Origins of Opacity in the Nigerian Oil Industry. *The Journal of American History*, June, 2012.

KÖÖN, Rachel. Inadequate Monitoring and Enforcement in the Nigerian Oil Industry: The Case of Shell and Ogoniland. *Barisere*, 2014.

LIVESEY, Sharon. Eco-Identity at Discursive Struggle: Royal Dutch/Shell, Brent Spar, and Nigeria. *The Journal of Business Communication*, Fordham University, New York, NY, Vol. 38, Number 1, Jan 2001.

OBADARE, Ebenezer. Patterns of Prejudice, Institute for Jewish Policy Research In search of a public sphere: the fundamentalist challenge to civil society in Nigeria. *Journal of Human Rights*, Vol. 38, No. 2, 2013.

OJAKOROTU, Victor. "Environmental Activism And The Struggle For Justice By The Non-Governmental Organisations In The Niger Delta Of Nigeria." *International Journal of Regional & Local Studies*, 2008.

OJELEYE, Olukunle. The Application of Demobilisation, Disarmament and Reintegration (DDR) at the Sub-National Level in the Niger Delta. *Civil Wars*, Vol.13, No.2, Jun. 2011.

OKPARA, John. Corporate Governance in a Developing Economy: A Study of Barriers and Issues in Nigeria. *Advanced Management Journal*, Vol. 75, Issue 3, Summer 2010.

OMOTOLA, Shola. "Liberation Movements" and Rising Violence in the Niger Delta: The New Contentious Site of Oil and Environmental Politics. *Studies in Conflict and Terrorism*, 22 Jan. 2009.

OSAGHAE, Eghosa E. Colonialism and Civil Society in Africa: The Perspective of Ekeh's Two Publics. *International Society for Third-Sector Research and The Johns Hopkins University*, Sep, 2006.

OSAGHAE, Eghosa. Social Movements and Rights Claims: The Case of Action Groups in the Niger Delta of Nigeria. *International Society for Third-Sector Research and The Johns Hopkins University*, Apr. 2008

PEARSON, Scott R. Petroleum and the Nigerian Economy. *Stanford University Press*, Stanford, 1970.

PEGG, Scott; ZABBEY, Nenibarini. Oil and water: the Bodo spills and the destruction of traditional livelihood structures in the Niger Delta. *Oxford University Press and Community Development Journal*, 2013.

RUSSELL, James. The ambivalence about the globalization of telecommunications: the story of Amnesty International, Shell Oil Company and Nigeria. *Journal of Human Rights*, Vol. 1, Issue 3, Sep. 2002.

SANJAY, Seth. Post-Colonial Theory and Critique of International Relations. *Millenium Goldsmiths Research Online*, Aug. 2011.

SHAKA, Femi Okiremuete. The Colonial Legacy History and its Impact on the Development of Modern Culture in Nigeria. *Third Text*, Vol. 19, Issue 3, May, 2005.

SINGH, Nitya. Nigeria's Elusive Quest for Democracy: Multinational Corporations and Sustenance of Authoritarianism. *African & Asian Studies*, Vol. 10, Issue 2/3, 2011.

STILWELL, Sean. "The Imposition of Colonial Rule." In *Colonial Africa, 1885–1939*, Carolina Academic Press, Durham, Vol. 3 of Africa, 2002.

TOYIN, Falola. The Rise and Fall of Nigeria's Second Republic, 1979-1983. *Zed Books*, London, 1985.

UCHE, Chibuike Ugochukwu. "Foreign banks Africans and credit in colonial Nigeria, 1890-1912". *Economic History Review*. Vol. LII, Ed. 4, pp. 669-691, 1999.

UCHE, Chibuike Ugochukwu. Oil, British Interests and the Nigerian Civil War. *The Journal of African History*, Vol. 49, Ed. 1, 2008.

WATSON. Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis. *Routledge*, pp. 268–9, April, 1992.

WEIDEMAN, Jeanette. European and American perspectives on the choice of law regarding cross-border insolvencies of multinational corporations – suggestions for South Africa. *Potchefstroom Electronic Law Journal*, Vol. 15, Issue 5, 2012.

WRIGHT, Brian. Non-governmental organizations and indifference as a human rights issue: the case of the Nigerian oil embargo. *Journal of Human Rights*, Vol. 1, Issue 2, Jun. 2002.